
ATA Nº 2

2.ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2019

17 DE ABRIL DE 2019

----- Aos dezassete dias, do mês de abril, do ano de dois mil e dezanove, pelas dez horas e quinze minutos, na Academia da Juventude e das Artes da Ilha Terceira, reuniu a Assembleia Municipal da Praia da Vitória na segunda sessão ordinária do ano de dois mil e dezanove. -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros: -----

----- Paulo Manuel Ávila Messias – PS, Luís Miguel Vieira Leal – PS, Maria de Fátima Pimentel Alves Homem – PS, Fábio Manuel Ávila Valadão – PS em substituição de Isménia Carvalho Landeiro Alves – PS, Elmano Manuel Vieira Nunes – PS, Valter Manuel Linhares Peres – PS, José Adriano Meneses Laranjo – PS, Nivalda de Fátima Meneses Bettencourt – PS, José Manuel de Aguiar Paim – PS, Francisco Alberto Lima Ourique – PS em substituição de Bruno João Branco Ávila Messias – PS, Eulália Ferreira Toste Leal – PS, Manuel Hildeberto Diniz Pires – PS, Clélio Ribeiro Parreira Toste de Meneses – PSD, José Aurélio Coelho Gomes – PSD em substituição de Bruno César Félix Nogueira – PSD, Cláudia Filipa Gomes Silva – PSD, Francisco Leonel Mendes Simões Ávila – PSD, Paulo Manuel Martins Luís – PSD, Paula Cristina Ávila Rocha – PSD em substituição de Sandra Isabel Ávila Galvão – PSD, Nuno Graciliano de Almeida Cabral – PSD, Joana Filipa Moraes Ribeiro – PSD, Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto – CDS-PP, Hélio Adriano de Melo Rocha – Junta de Freguesia da Agualva, Luís Carlos Dutra Vieira – Junta de Freguesia dos Biscoitos, Miguel Alexandre Terra Garcia em substituição de Mónica Andreia Simões Brum – Junta de Freguesia do Cabo da Praia, Júlia Martinha Martins Borges Faria – Junta de Freguesia da Fonte do Bastardo, Paulo Rui Pacheco de Sousa – Junta de Freguesia das Fontinhas, César Leandro da Costa Toste – Junta de Freguesia da Vila das Lajes, Maura Filipa Pereira Branco – Junta de Freguesia do Porto Martins, Bruno Narciso Meneses Lopes – Junta de Freguesia das Quatro Ribeiras, António Manuel Mendonça Borges – Junta de Freguesia de Santa Cruz, Nuno Miguel Aguiar Meneses – Junta de Freguesia de São Brás e Vasco Miguel Valadão de Lima – Junta de Freguesia da Vila Nova. -----

----- Verificou-se a ausência dos seguintes membros: -----

----- Isménia Carvalho Landeiro Alves – PS, Bruno João Branco Ávila Messias – PS, Bruno César Félix Nogueira – PSD, Sandra Isabel Ávila Galvão – PSD e Mónica Andreia Simões Brum – Junta de Freguesia do Cabo da Praia. -----

----- À presente reunião apresentaram pedidos de substituição, nos termos do número um do artigo setenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove,

de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, e que foram aceites, os seguintes membros:-----

----- Isménia Carvalho Landeiro Alves – PS, Bruno João Branco Ávila Messias – PS, Bruno César Félix Nogueira – PSD, Sandra Isabel Ávila Galvão – PSD, Paulo Rui Mendes Homem – PSD, Jorge Emanuel da Costa Gomes – PSD, Graça das Mercês da Silva Brum Pereira – PSD, Eduarda Maria Bettencourt Pires - PS e Mónica Andreia Simões Brum – Junta de Freguesia do Cabo da Praia.-----

----- À presente reunião não apresentaram justificação de falta, nos termos do número dois do artigo vinte e nove, da Lei número setenta e cinco de barra dois mil e treze, de doze de setembro, os seguintes membros:-----

----- Para além do Sr. Presidente da Câmara Municipal, participaram na sessão os seguintes Vereadores: -----

----- Carlos Armando Ormonde da Costa, Tiago Lúcio Borges de Meneses Ormonde, Raquel Lemos Borges, Rui Fernandes Nobre de Castro, Rui Miguel Mendes Espínola e Tiago Manuel Silva Borges. -----

----- Participou a sua falta à reunião, nos termos do número três do artigo quarenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, o seguinte membro da Câmara Municipal: -----

----- Cláudia Fagundes Martins -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** usou da palavra para informar sobre o andamento do processo relativo às condições de trabalho da Assembleia Municipal no novo espaço. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- **ATA DA REUNIÃO DE VINTE E DOIS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZANOVE – PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA:** -----

----- **Submetida a votação, a Ata foi aprovada por maioria, com trinta votos a favor, dezassete do PS, doze do PSD e um do CDS-PP e duas abstenções do PS.**-----

----- **CORRESPONDÊNCIA:** -----

----- Foi dado conhecimento à Assembleia da existência de correspondência recebida desde a última sessão, a qual ficou à disposição de todos os membros da Assembleia.-----

----- De seguida foram apresentados os seguintes votos: -----

----- Pelo Grupo do PS: -----

----- Voto de Congratulação, ao Sport Clube Praiense, pelas conquistas dos títulos de Campeão da Ilha Terceira e vencedor do Torneio de Apuramento de Campeão da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, no escalão de Juniores B (Juvenis), bem como pelas conquistas do Torneio de Abertura e da Taça Ilha Terceira, no escalão de Juniores E (Benjamins), na presente época desportiva, lido pelo Deputado Luís Leal. ----

----- **O Deputado Clélio Meneses** usou da palavra e disse que a bancada do PSD se associava ao voto. -----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto, foi aprovado por unanimidade.** -----

----- Pelo Grupo do PS: -----

----- Voto de Congratulação, ao Grupo de Forcados Amadores do Ramo Grande e ao seu Cabo Manuel Pires, pelo prémio atribuído pelo Clube Taurino Vilafranquense na sequência da realização da “Melhor Pega” da temporada dois mil e dezoito, lido pelo Deputado Valter Peres. -----

----- **O Deputado Clélio Meneses** usou da palavra e disse que a bancada do PSD se associava ao voto. -----

----- **O Deputado Manuel Pires** interveio para informar que, sendo o Cabo do Grupo de Forcados Amadores do Ramo Grande e sendo a pessoa em causa, não participaria na votação. -----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto, foi aprovado por unanimidade.** -----

----- Pelo Grupo do PSD: -----

----- Voto de Congratulação, pela decisão de instalação de um Tribunal Especializado de Família, Menores e Trabalho na Praia da Vitória, lido pelo Deputado Clélio Meneses. -----

----- **O Deputado Luís Leal** usou da palavra e disse que a bancada do PS se associava ao voto. Acrescentou, ainda que era preciso que ficasse bem patente e esclarecido que aquela era uma competência exclusiva do Governo da República e que aquela decisão era uma mais-valia, pois fazia com que houvesse uma maior atratividade de advogados, de clientes, de casos discutidos, etc.. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** usou da palavra e disse que a bancada do CDS-PP se associava ao voto, não pela atratividade que aquela valência judicial pudesse fazer aportar gente ao concelho, mas sim pela prestação de mais um serviço judicial no mesmo. -----

----- **O Deputado Luís Leal** disse compreender a posição do CDS-PP, mas, de facto um órgão de soberania e uma manifestação dessa soberania na cidade era sempre uma mais-valia, daí ter dito que era uma atratividade. -----

----- (Texto integral, dos votos, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto, foi aprovado por unanimidade.** -----

----- Pelo Grupo do PS: -----
----- Voto de Congratulação, ao Atlântida Mar Hotel por, pelo sexto ano consecutivo, ter sido distinguido pelo TripAdvisor com o prémio “Traveller’s Choice”, na categoria de Hotéis de Pequeno Porte – Portugal, lido pelo Deputado Luís Leal. -----
----- **O Deputado Clélio Meneses** usou da palavra e disse que a bancada do PSD se associava ao voto. -----
----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----
----- **Submetido à votação, o voto, foi aprovado por unanimidade.** -----

----- Pelo Grupo do PS: -----
----- Voto de Congratulação, à Câmara Municipal da Praia da Vitória, pela conquista, pelo terceiro ano consecutivo, do galardão nacional “Autarquia + Familiarmente Responsável”, lido pela Deputada Eulália Leal. -----
----- **O Deputado Clélio Meneses** usou da palavra e disse que era importante que a Praia da Vitória fosse reconhecida em algumas áreas de atividades, nomeadamente numa área com aquela importância para a sociedade. Acrescentou que, esperavam que aquele prémio tivesse repercussão prática na vida das pessoas e que a Praia da Vitória fosse, cada vez mais, uma zona de atração de pessoas porque não havia nenhuma terra que existisse sem vida, pelo que era preciso que houvesse essa vida e que ela se sentisse aos mais variados níveis e, sobretudo, com aquele tipo de referências ao nível familiar, conforme havia sido referido. -----
----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----
----- **Submetido à votação, o voto, foi aprovado por unanimidade.** -----

----- Pelo Grupo do PS: -----
----- Voto de Congratulação, às empresas *Infosistemas* e *BringGlobal*, pela confiança demonstrada no projeto *Terceira Tech Island* e na dinamização da economia da cidade da Praia da Vitória, lido pelo Deputado António Borges. -----
----- **O Deputado Pedro Pinto** interveio para questionar a quem se dirigia o voto. -----
----- **O Deputado António Borges** respondeu que o voto era dirigido, acima de tudo, às empresas, ao Governo Regional e à Câmara Municipal, bem como as iniciativas feitas no sentido de se captar investimento. -----
----- **O Deputado Clélio Meneses** usou da palavra e disse que a bancada do PSD se associava ao voto. Deixou, ainda, o desafio para que se invertesse a perspetiva de que as empresas estavam no centro da cidade apenas provisoriamente, que depois iam para Santa Rita e que os apoios que eram dados a quem vinha de fora, se estendessem às empresas da ilha. -----
----- **O Deputado Pedro Pinto** usou da palavra e disse que a bancada do CDS-PP se associava ao voto. -----
----- **O Deputado Luís Leal** interveio e disse que, por inerência de funções, deveria se abster de votar a matéria em causa. Posto isso, fez referência ao facto de há cerca de três semanas ter falecido um ex-governante, que merecia que todos soubessem que o tinha ajudado naquele processo, ou seja, o Dr. João Vasconcelos. -----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto, foi aprovado por unanimidade.** -----

----- Pelo Grupo do PSD: -----

----- Voto de Congratulação, pela conquista do Campeonato Nacional de Iniciados Femininos em Ténis de Mesa, pelo Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, lido pelo Deputado Clélio Meneses. -----

----- Pelo Grupo do PS: -----

----- Voto de Congratulação, ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, pelo título no Campeonato Nacional de Equipas de Iniciados Femininos, fruto da meritória prestação das atletas Letícia Charamba, Júlia Leal, Carolina Pereira e Caetana Soares, lido pelo Deputado Luís Leal. -----

----- (Texto integral, dos votos, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetidos à votação, os votos, foram aprovados por unanimidade.** -----

----- Pelo Grupo do PS: -----

----- Voto de Congratulação, ao Grupo Desportivo dos Biscoitos, pelo título de Campeão da Ilha Terceira em Futsal – Seniores Masculinos, lido pelo Deputado José Laranjo. -----

----- Pelo Grupo do PSD: -----

----- Voto de Congratulação, pela conquista do Campeonato da Ilha Terceira em Futsal sénior masculino, pelo Grupo Desportivo dos Biscoitos, lido pelo Deputado Luís Vieira. -----

----- (Texto integral, dos votos, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetidos à votação, os votos, foram aprovados por unanimidade.** -----

----- Pelo Grupo do PS: -----

----- Voto de Congratulação, ao Sport Clube Vilanovense, pelo mérito e serviço prestado à freguesia de Vila Nova e ao Concelho da Praia da Vitória, nomeadamente pela conquista da Taça da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo no escalão de Iniciados, lido pelo Deputado Vasco Lima. -----

----- **O Deputado Paulo Luís** usou da palavra e disse que a bancada do PSD se associava ao voto. -----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto, foi aprovado por unanimidade.** -----

----- Pelo Grupo do PS: -----

----- Voto de Congratulação, à freguesia do Porto Martins e à Vila das Lajes, pelo galardão de excelência no Concurso EcoFreguesias 2018, lido pelo Deputado Valter Peres. -----

----- **O Deputado Clélio Meneses** usou da palavra e disse que a bancada do PSD se associava ao voto, pelo esforço que ele significava para as juntas de freguesia, sobretudo com os constrangimentos e as dificuldades que estas tinham para poderem

proceder à limpeza, embelezamento e manutenção das suas freguesias, tendo em conta a desconsideração com que a Câmara Municipal tratava as juntas de freguesia do concelho, sobretudo em comparação com as restantes juntas do arquipélago.-----

----- **O Deputado Valter Peres** interveio para relembrar que nunca a Câmara Municipal tinha transferido tanta verba para as suas juntas de freguesia e que, recentemente tinham aprovado um aumento dessa verba para dez por cento ao ano. -----

----- **O Deputado Clélio Meneses** usou da palavra e disse que aquele assunto estava mais do que debatido e demonstrado com factos e números de que, de forma clara, quem retirava e depois dava. -----

----- **O Presidente da Mesa** interrompeu para relembrar que o que estava em causa era os prémios atribuídos às freguesias e não os apoios concedidos às mesmas, pelo que deviam ter isso em conta. -----

----- **O Deputado Clélio Meneses** interveio e disse que o que tinha sido referido não era verdade, pois tinham sido retiradas verbas às juntas de freguesias e, depois, tinham sido compensadas com dez por cento no último, mas se antes tinha sido retirado mais do que aquilo que atualmente era dado, obviamente que o resultado final era negativo. -----

----- **O Deputado Hélio Rocha** interveio e disse que, enquanto presidente da Junta de Freguesia da Agualva, ficava muito satisfeito por ver dois colegas a receber o Galardão de Excelência, mas ficava um pouco triste por sentir que as outras nove juntas de freguesias pareciam o parente pobre do EcoFreguesias, pois, e sem querer tirar o mérito às duas freguesias galardoadas, as regras pelas quais o galardão em causa era atribuído eram, a seu ver, bastante injustas e apontou alguns fatores como exemplos disso mesmo, isto é, disse que o Porto Martins tinha cerca de dois quilómetros quadrados de área, não tinha nenhuma ribeira significativa, pastagens, etc., sendo que a Agualva tinha trinta e cinco quilómetros quadrados de área, dezenas de ribeiras, etc.; o facto de a TERAMB cobrar pela entrega de carcaças de animais, o que fazia com que muitos lavradores não levassem as mesmas ao aterro sanitário e de as atirarem para a berma da estrada, ribeiras, etc.; o próprio tipo de população, ou seja, uma freguesia como as Lajes ou o Porto Martins tinha uma população de um estatuto social um pouco mais elevado, mais letrado do que aquela que encontravam em freguesias rurais, como a Agualva, Fontinhas, etc.. Concluiu dizendo que, sentia uma certa injustiça na atribuição daquele galardão, uma vez que ele não tinha em conta as especificidades da freguesia, mas apenas o que aparecia limpo, sendo óbvio que iria votar a favor do voto em causa.-----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto, foi aprovado por unanimidade.** -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- Pelas onze horas e vinte minutos iniciou-se o período da Ordem do dia.-----

----- **1. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**-----

-----**2. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DA INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL DESENVOLVIDA NO PERÍODO DE 5 DE FEVEREIRO A 29 DE MARÇO DE 2019;**-----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** apresentou o documento.-----

----- **O Deputado Clélio Meneses** usou da palavra e questionou o seguinte: -----

----- 1ª Relativamente ao pedido feito na última reunião, ou seja, a cedência de toda a informação e troca de correspondência entre a Câmara Municipal e o Tribunal de Contas acerca da situação financeira, disse que ainda não o tinham recebido; -----

----- 2ª Relativamente ao referido sobre a Terceira *Tech Island* e as empresas instaladas, questionou como é que a Câmara Municipal pretendia enfrentar a possibilidade de voltar a haver o problema do centro da Praia se estas empresas saíssem do mesmo.-----

----- 3ª Deixou uma nota relativamente ao desempenho positivo da Vereadora Raquel Borges, isto é, disse que apesar de ser uma Vereadora que estava há pouco tempo em funções, iam sentido uma relação próxima e positiva com as pessoas e com as autarquias, sem discriminações partidárias, tal como vinha acontecendo com o Vereador Carlos Armando o que lhes parecia muito importante. Acrescentou que, um dos principais papéis da Assembleia Municipal era o acompanhamento da atividade municipal, não apenas na crítica, mas também no enaltecimento daquilo que lhes parecia ser o bom caminho e os bons exemplos, pelo que, naquele caso em concreto, da atividade municipal em causa, havia um registo positivo, pelo que deixavam a expectativa sincera de que aquela postura se generalizasse e que algumas das reivindicações que sucessivamente as juntas de freguesia vinham a demonstrar, perante a Câmara Municipal, se comesçassem a concretizar, em prol da Praia, de todos os praienses e de todas as freguesias, independentemente da sua orientação partidária. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, relativamente à última questão, registava com apreço o registo do desempenho da Vereadora Raquel Borges, pois apesar do período difícil pelo qual havia passado na sua vida particular, vinha dando uma energia positiva a toda a equipa e um pouco por todo o concelho. -----

----- Quanto à segunda questão, disse que a Câmara não era dona das empresas, que para já estavam localizadas no centro histórico e a SDEIA tinha que terminar as intervenções e empreitadas que estavam a decorrer na escola e nas casas em Santa Rita e, depois, conforme o crescimento das empresas a prioridade seria conseguir local para essas empresas trabalharem. Confessou que gostaria que as empresas em causa crescessem tanto e tivesse a capacidade para ocupar tanto o centro histórico da cidade, como Santa Rita, sendo que, para isso, era preciso manter aquele ritmo, que as empresas continuassem a acreditar e que a mão-de-obra não lhes fugisse.-----

----- Relativamente à primeira questão, informou que a Câmara Municipal já havia cedido a informação aos serviços da Assembleia Municipal, sendo que não sabia se estes já a haviam enviado aos Deputados da Assembleia Municipal. Informou que, ia tentar, no decorrer daquele dia, saber o que se havia passado. -----

----- **O Deputado Paulo Luís** questionou sobre a intervenção no Parque Infantil do Paul, isto é, quando terminava a referida intervenção e o porquê de tão tardia a mesma.

Relativamente à muralha, disse compreender ser uma intervenção técnica delicada, mas que preocupava o que atualmente lá estava, isto é, a sinalética de perigo de derrocada, acompanhado de fitas a um palmo da parede, pois aquele era um espaço utilizado diariamente e não lhes parecia que fosse de bom senso manter a situação como estava, por isso, deixavam aquele alerta ao município.-----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu, relativamente à muralha, que percebia a questão do bom senso e do conselho, mas eram seguidos os pareceres técnicos, do corpo técnico da Câmara Municipal. Explicou que, tinha havido um momento de perigo de derrocada, em que tinha sido preciso interditar todo o percurso, entretanto, e após remoção de todas as pedras que ofereciam perigo, os técnicos haviam informado que este já não existia, tendo-se procedido à reabertura do percurso em causa. Em relação ao Parque Infantil, disse que a intervenção em causa estava contemplada no Orçamento para dois mil e dezanove, sendo necessário tratar de todos os trâmites legais. Informou que, estavam a prever que terminasse em meados de maio, mas não se podia comprometer diretamente com aquele assunto, pois dependia da empresa que ia fazer a instalação e montagem, isto é, desta cumprir com os termos contratuais. Posto isso, lembrou que, no ano passado, tinham sido feitas fiscalizações, das entidades competentes, a todos os parques infantis do concelho e o parque infantil em causa estava dentro das normas de segurança aplicáveis, tal como todos os outros que estavam instalados da parte da Câmara Municipal.-----

----- **O Deputado Francisco Ávila** interveio para fazer um pedido de esclarecimento à Mesa, ou seja, disse que havia uma resposta a um requerimento do PSD, onde tinham surgido algumas dúvidas sobre a mesma, pelo que gostaria de saber se poderia esclarecer as mesmas naquele ponto da Ordem de Trabalhos ou se teria de aguardar pelo ponto da Ordem de Trabalhos sobre o assunto, uma vez que este dizia respeito ao ano de dois mil e dezoito e as dúvidas referidas reportavam a dois mil e dezassete. Em relação à atividade municipal, o anexo quatro – Divisão de Recursos Humanos e Financeiros, questionou qual o prazo médio de pagamento a fornecedores da Câmara Municipal da Praia da Vitória. De seguida, disse que no quadro em que eram discriminados todos os fornecedores existiam três colunas, uma onde eram indicadas supostas dívidas acima dos noventa dias, outra com as dívidas com prazo de pagamento inferior ou igual a noventa dias e, por último, outra com o total, pelo que sugeria que ao referido quadro fossem acrescentadas duas colunas, uma com trinta dias e outra com sessenta dias, de forma a se perceber, efetivamente, qual o prazo de pagamento a fornecedores.-----

----- **O Presidente da Mesa** respondeu que as questões em causa poderiam ser colocadas no ponto da Ordem de Trabalhos relativo às contas da Cooperativa Praia Cultural. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** interveio e questionou, qual a quantidade de inertes dragados da Marina da Praia da Vitória; quando iniciou a dragagem e quando terminará e até ao final da dragagem, qual a quantidade de inertes que se previa dragar e o custo associado à mesma. Acrescentou que, após terem sido feitas desmontagens de passadiços, reparações e manutenções, continuava a faltar um passadiço que estava podre e tinha sido removido, tendo questionado para quando a sua substituição, pois a

Marina estava amputada de uma parte significativa da sua capacidade, o que significava que estaria amputada de uma parte significativa dos seus rendimentos, que, obviamente afetariam as contas da Câmara Municipal. De seguida, questionou quantos barcos estavam em terra para serem recolocados em água, até ao fim do período de funcionamento do *Travel-Lift*, e feita essa reposição, quantos lugares ficavam disponíveis para embarcações que estivessem de passagem. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu, ao Deputado Francisco Ávila, dizendo que a documentação era produzida de acordo com o que a lei exigia, pois esses mapas eram, depois de se dar conhecimento dos mesmos à Assembleia Municipal, remetidos para entidades que também fiscalizavam o grupo municipal, pelo que aquilo que era exigido era a tabela dos noventa dias. Quanto ao prazo médio de pagamentos e de acordo com a última ficha da DGAL, que era de trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito, informou serem de sessenta e quatro dias. Relativamente à intervenção do Deputado Pedro Pinto, respondeu que há cerca de quinze dias que estavam a fazer dragagens, devendo as mesmas continuar por mais quinze dias/três semanas, sendo que só saberiam a quantidade de inertes no fim. Sobre os valores, disse que, como este ano tinham uma máquina que permitia andar no areal, não estavam a fazer o trabalho por fora da cidade, pelo que seria, sensivelmente, mais barato do que no ano passado, mas mesmo assim previa-se que fosse à volta dos trinta e cinco/quarenta mil euros, dependendo também da quantidade de inertes que viessem a ser retirados. Acrescentou que, toda a areia que era retirada e dragada da Marina era alvo de análises por parte das entidades competentes e fiscalizadoras e, portanto, havia um procedimento de segurança sobre o assunto em causa. Relativamente à Marina, ao número de barcos em terra e em terrapleno, disse não ter os dados ali, pelo que se o Deputado Pedro Pinto aceitasse, os mesmos ser-lhe-iam remetidos pela Vereadora Raquel Borges para respetiva análise. Quanto ao cais C, ou seja, o cais para a Marina, tal como o Deputado Pedro Pinto havia dito, estar amputado, pelo que o haviam de regenerar e informou que isso estava previsto no pacote dos fundos comunitários em execução para o corrente ano, sendo que também estava pendente da comparticipação do empréstimo dos quinze por cento, que estava para recolha de visto no Tribunal de Contas e já estavam a iniciar o trabalho no âmbito da contratação pública. Disse que, esperava que tivessem, no corrente ano, o cais C e que, finalmente regenerassem aquela parte da Marina, porque efetivamente o cais permitia aumentar, substancialmente, a capacidade da Marina e os proveitos da mesma. -

----- **O Presidente da Mesa** esclareceu que, sobre o requerimento apresentado pela bancada do PSD, na última Assembleia Municipal, tinha-lhe sido enviado, a cinco de abril, um ofício a comunicar os dados solicitados pela mesma, mas não tinha dado pelo recebimento do mesmo, pelo que pedia desculpas por isso e ia solicitar aos serviços que o enviassem ao referido grupo. -----

----- **O Deputado Francisco Ávila** interveio e disse que, efetivamente o Sr. Presidente poderia se resguardar na lei, em relação à sua sugestão sobre o mapa de pagamentos a fornecedores. Posto isso, disse crer que a informação que ali estava era a correta, pois tinha a informação, a vinte e nove de março do corrente ano, por parte de algumas empresas, que existiam faturas do município por pagar de novembro de dois

mil e dezoito, ou seja, tinham um prazo superior a noventa dias e disse, ainda, que se pedia para se colocar aquela informação, era para validar a mesma e não para chatear. ---

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, a documentação em análise era preparada pela Divisão de Recursos Humanos e Financeira, de acordo com as normas legais aplicáveis e seguia para as entidades fiscalizadoras. Quanto às questões de confirmar a informação apresentada, esclareceu que a informação apresentada era a real, pois nem a Câmara Municipal e muito menos os técnicos, iam submeter a apreciação do executivo e posteriormente da Assembleia Municipal informação que não fosse a correta e a validade. Concluiu dizendo que, podia afirmar que a informação disponível era a correta e, a partir dali, se o Deputado desse mais dados, poderia responder mais detalhadamente. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **3. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS, ELABORADO POR SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.** -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** solicitou autorização para apresentar os pontos três a nove em simultâneo, o qual foi autorizado. -----

----- **O Deputado Clélio Meneses** interveio e disse que, o tempo da política daquilo que a gente quer que seja, independentemente da vontade e do respeito dos outros, já tinha passado e o que causava desconforto era o atual estado da Praia da Vitória, ou seja, a falta de obras, de investimento, de dinâmica, de esperança, de estímulo, era isso que sentiam todos os dias e que reproduzia aquilo que lhe era manifestado. Relativamente aos dez por cento, disse que isso já tinha sido ali esclarecido, se eram retiradas verbas, os meios, os técnicos, os recursos, os recursos humanos e, depois, eram aumentados menos do que aquilo que tinha acontecido, era óbvio que o resultado final era negativo, sendo certo que já tinham percebido que, por muito que dissessem, o Sr. Presidente ia manter sempre a sua posição, mas a verdade era aquela. Acrescentou que, havia algo que era surpreendente e diferente, uma afirmação de algo que se ia sentindo e manifestando aqui e acolá, mas agora era uma manifestação clara de uma crítica evidente às gestões anteriores do PS, nomeadamente no que concernia aos saldos negativos das respetivas gestões. Disse que, isso tinha ficado evidente e parecia-lhes ser um facto novo e, esse sim, um facto político relevante, pois começava a haver um despreendimento político daquela que era a herança pesada, em termos financeiros, que a atual Câmara tinha recebido. Concluiu dizendo que, tinham assistido a um discurso que, infelizmente, não correspondia à realidade, pois pelas palavras do Sr. Presidente parecia que as pessoas da Praia estavam todas entusiasmadas, que havia muitos investimentos, muitos apoios, etc., mas não era isso que acontecia, que se vivia e que se via nas pessoas, todos os dias, quando se queixavam do atual estado da Praia da Vitória e isso sim causava muito desconforto. -----

----- **O Deputado Luís Leal** usou da palavra e disse que, tendo em conta o teor da intervenção do Deputado Clélio Meneses em nome do grupo parlamentar do PSD, era

— preciso olhar para a Praia com algum ânimo e com alguma esperança e sublinhar que as coisas não estavam assim tão negras como se tentava narrar por parte do referido grupo parlamentar. Relativamente ao legado do PS, à história deste no rumo daquela cidade, disse que era preciso não descorar que, desde a grande crise mundial, tinham sido necessários grandes esforços financeiros e humanos e nunca se iam arrepender das medidas tomadas, da história e património que tinham, porque tinham colocado sempre em primeiro lugar as pessoas e iam continuar a fazê-lo. Acrescentou que, do lado do PSD se tentava olhar para a Câmara como um grande descabro financeiro, mas a verdade era que não tinha havido aumento de impostos, havia um aumento de dez por cento no apoio às juntas de freguesia, um aumento de cem euros no apoio às festas tradicionais, um aumento de trinta por cento nos apoios aos desportos de formação, um aumento de quarenta por cento no apoio à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários, ou seja, havia, inegavelmente, um esforço que vinha sendo feito e continuaria a ser feito, pelo que não pintassem de negro uma realidade que não era negra, era difícil, mas a vida tinha aqueles constantes obstáculos que tinham que ser ultrapassados. -----

— ----- **O Presidente da Câmara Municipal** interveio e disse que, em relação ao fazer política, tinha passado e era precisamente aquela que o Deputado Clélio Meneses tinha acabado de fazer, ou seja, a de o “disse que disse e deixou de dizer”. Em relação ao comparar com os exercícios anteriores, referiu que poderia comparar com os exercícios de outra câmara qualquer, pois essa comparação era apenas para se perceber a dimensão do impacto do que estava feito, pelo que não se tentasse fazer outro tipo de leituras políticas. Relativamente à falta de investimento mencionada, deu dados objetivos e claros sobre o mesmo, como por exemplo, o número de obras particulares licenciadas no concelho. Relativamente ao turismo, assumiu que, no que dizia respeito ao ano transato, havia alguma flutuação negativa, mas enquanto em dois mil e dez, o concelho contentava-se em atingir trinta mil dormidas por ano, em dois mil e dezoito e para o corrente ano, o objetivo era ultrapassar as sessenta mil dormidas por ano. Relativamente à falta de esperança, lembrou que ainda há pouco estavam a falar na Terceira *Tech Island*, nas empresas que se instalavam na cidade, cidade esta que nos últimos quinze dias tinha aberto duas empresas de índole nacional e internacional e que, de uma assentada só, tinham criado cerca de trinta postos de trabalho na Rua de Jesus. Referiu que, estavam ali a falar de uma mudança de paradigma na Praia da Vitória, em que se deixava de ter o comércio a retalho, passando a ter uma criação de riqueza e de emprego, onde o valor mais baixo pago pelas empresas tecnológicas, no âmbito da Terceira *Tech Island*, era duas vezes um ordenado mínimo nacional e onde havia exportação da Rua de Jesus para todo o país e para todo o mundo. Posto isso, disse que havia esperança para quem queria olhar, ao contrário da esperança do PSD que dizia que ia haver um aumento brutal de impostos, sendo que ainda ninguém o tinha visto. Em relação aos apoios, disse que o que sentia, por parte de algumas das associações do concelho da Praia da Vitória, era o desconforto por muitos dos apoios que a Câmara Municipal deliberava, não contarem com o voto a favor do PSD. -----

----- **O Deputado Clélio Meneses** interveio para esclarecer que, quando mencionou a falta de investimento estava-se a referir a falta de investimento público/municipal e isso tinha ficado claro, sendo que a intervenção do Sr. Presidente tinha vindo, apenas, reforçar as suas preocupações e a sua perspetiva do problema que se vivia na Praia da Vitória, isto é, a necessidade que o Sr. Presidente sentia de falar nas dinâmicas internacionais, que tinham levado ao aumento do turismo na Praia da Vitória, tal como em outros locais, mas infelizmente tinham levado à diminuição, no último ano, na ilha Terceira. Disse que, o Sr. Presidente tinha feito referência às dinâmicas internacionais e à Terceira *Tech Island*, que não eram da responsabilidade da Câmara Municipal, e ao fazê-lo estava a assumir que no que respeitava diretamente à ação do município, havia uma clara situação de desinvestimento, de falta de atividade, de ação municipal. Quanto aos impostos, disse que iam aguardar para ver, nomeadamente em relação àquelas que eram as recomendações do Tribunal de Contas, bem como o seu cumprimento, daí terem pedido os já referidos documentos. Relativamente à ação em Tribunal, anunciada contra o Prof. Félix Rodrigues, tendo como fundamento os prejuízos causados à Praia Ambiente, após o Sr. Presidente ter dito que esta estava a ter lucros, gostava de saber qual o estado dessa ação em Tribunal e quais eram os termos e os fundamentos para demonstrar que havia um prejuízo. Concluiu questionando se, em dois mil e treze as transferências, no âmbito das delegações de competências, para as juntas de freguesias, tinham sido de sessenta e seis mil, setecentos e oito euros, e para o corrente ano eram de sessenta e um mil, setecentos e quarenta e nove, e com a diminuição de todos os apoios logísticos, havia alguém que conseguisse dizer que aquilo era um aumento. Disse achar muito mau, lamentável e profundamente desrespeitador da inteligência de cada um, que alguém tentasse criar, ilegítimamente, nas pessoas, uma convicção com base em fundamentos e pressupostos errados e tinha pena que alguém fosse naquela cantiga e que repetisse aquela trapaça. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, mesmo fazendo as contas da forma do Deputado Clélio Meneses, no próximo ano e com o aumento de dez por cento, iam ultrapassar o valor de dois mil e treze. Relativamente ao valor apontado, referente ao ano de dois mil e treze, disse que as delegações de competência, nessa altura, tinham sido alteradas pela lei que entrou em vigor, precisamente no dia seguinte às eleições autárquicas desse mesmo ano, por isso, as competências que o Deputado Clélio Meneses estava a comparar eram diferentes, até porque havia competências que tinham passado a ser da competência direta das juntas de freguesia. Acrescentou que, para o valor das competências que as juntas de freguesia tinham atualmente, a Câmara Municipal nunca tinha transferido tanto como transferiu. Quanto à questão do Prof. Félix Rodrigues, respondeu que era um procedimento por danos patrimoniais e não patrimoniais, a fixação e os valores da Praia Ambiente era dependente de outros critérios e, tal como já havia dito, isso era indiscutível e era só o que mais faltava a Praia Ambiente ficar de braços cruzados por causa do que o senhor dizia, ou seja, a Praia Ambiente continuava a fazer o seu trabalho, os seus investimentos, a monitorização da qualidade da água e a servir todos os munícipes do concelho, tal como se fosse necessário chegar à frente para melhorar o abastecimento de água à agricultura, assim o

fariam. Sobre Santa Rita, disse ter gostado de uma afirmação do Deputado Clélio Meneses, isto é, se a Terceira *Tech Island* saísse do centro histórico e da Rua de Jesus e fosse para Santa Rita, tinha saído da Praia, mas não, isto é, saía do centro histórico, mas ficava na Praia e o que se estavam ali a falar era de dinâmica do concelho e de dinâmica da cidade. Esclareceu que, não tinha dito que saíam e deixavam a cidade vazia, mas sim que a Câmara Municipal estaria sempre na linha da frente para encontrar novas soluções e novas dinâmicas para a cidade. Relativamente ao investimento público, lembrou a aplicação de fundos comunitários, que era aquela que tinha maior nota para os investimentos de qualquer Câmara Municipal, e disse que, a Câmara Municipal, dentro daquela que era a média regional comparando com outras Câmaras Municipais, era a que tinha mais candidaturas ao PO 2020 aprovadas, e era a terceira Câmara dos Açores com melhor execução física e financeira do atual quadro comunitário, sendo que à frente da Câmara Municipal da Praia da Vitória não estava nenhuma câmara do PSD, pelo que mesmo que fizessem muitas formações autárquicas e quisessem dar lições de execução de fundos comunitários nos respetivos encerramentos, achava que podiam olhar para a Câmara Municipal da Praia da Vitória, não como uma Câmara que não tinha capacidade de investimento, mas sim como uma Câmara que podia dar o exemplo de como se fazia investimento e de como se captava fundos comunitários. Em relação ao termo utilizado “desconforto” e àquilo que se ouvia e deixava de ouvir, confessou que também ouvia e se ouvia aqueles que lhe diziam aquilo que queria ouvir, naturalmente o mesmo se passava com o Deputado Clélio Meneses, mas havia sim desconforto quando havia um PSD que não votava a favor de apoios que faziam a diferença na vida das pessoas e achava que o PSD deveria repensar a sua posição relativamente a esse assunto. -----

----- **O Deputado Francisco Ávila** iniciou a sua intervenção dizendo para o Sr. Presidente da Câmara não se preocupar com o desconforto que as posições do PSD pudessem ter nas pessoas, porque este estava ali para assumir as suas responsabilidades e não tinha problema nenhum com isso, sendo que o Sr. Presidente deveria ter a responsabilidade de, com funções executivas e como líder de um município, ir ao encontro das pessoas e deixar o PSD, pois aquando das próximas eleições haveriam de ser julgados pelas pessoas, sem qualquer tipo de problema. De seguida, disse que o município da Praia da Vitória, relativamente às contas de dois mil e dezoito, tinha baixado o seu endividamento a setecentos mil euros, no curto e médio-longo prazo e a Praia Ambiente trezentos mil euros, sendo que em relação à Praia Cultural tinham o inverso, isto é, em termos líquidos tinham um acréscimo de quatro ponto sete milhões de euros. Posto isso, disse que, em termos gerais o município da Praia da Vitória, tendo um saldo positivo da Câmara e da Praia Ambiente de um milhão de euros, tinha da Cooperativa Praia Cultural de quatro ponto sete milhões de euros, pelo que, efetivamente havia um aumento do endividamento da Câmara Municipal e entidades tuteladas por esta, de três ponto sete milhões de euros. Em relação à execução do plano de investimentos da Câmara Municipal, disse que o Sr. Presidente havia referido uma taxa de oitenta por cento, isto é, a totalidade do Orçamento, tendo-se esquecido de falar na taxa de execução do plano plurianual de investimentos, que era de cerca de cinquenta

e dois por cento. Em relação aos investimentos, que o Sr. Presidente dizia que a Câmara tinha realizado, lembrou alguns projetos relevantes em que a taxa de execução tinha sido zero e disse que era devido a isso que a taxa de execução era de cinquenta e dois por cento. Concluiu lembrando um requerimento, entregue em novembro do ano passado, onde tinha sido colocada uma questão sobre o ativo corrente da Praia Cultural e onde se tinha verificado um acréscimo no ativo corrente, numa determinada rubrica de outros investimentos financeiros, de sensivelmente duzentos e cinquenta mil euros e na resposta ao mesmo, havia uma explicação que dizia que o aumento referido era respeitante a um contrato promessa de compra e venda de um imóvel, celebrado entre a Praia Cultural e a Praia em Movimento, em dois mil e dezassete. Com base no referido, questionou que imóvel seria objeto da transação ali previsto.-----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu à última questão colocada, dizendo que era o imóvel que de inicialmente era para ser adquirido pela Cooperativa, mas que tinha acabado por ser a Praia Ambiente a fazê-lo, isto é, era o imóvel que fazia canto no centro da Rua de Jesus, entre a Rua de Jesus e a Praça Francisco Ornelas da Câmara, e que tinha sido presente, uma alteração, na sessão da Assembleia Municipal, para ser a sede da Praia Ambiente, conforme deliberação da última Assembleia Municipal de vinte e oito de dezembro passado. Relativamente ao exercício feito pelo Deputado Francisco Ávila, o Sr. Presidente questionou o que é que acontecia, uma vez que a dívida era sustentável, assumiam os seus compromissos, sendo que, depois da última intervenção, tinha percebido que Praia em Movimento e a Sociedade de Desenvolvimento tinham deixado de ser tuteladas. Acrescentou que a dívida, no global da Câmara Municipal, tinha reduzido, tinham capacidade de investimento, podiam ir até mais seis milhões, de empréstimos médio-longo prazo, e nas empresas, quer na Cooperativa e mesmo na Praia Ambiente, firmando e terminando a operação, ambas as entidades tinham sustentabilidade para suportar os investimentos feitos. Quanto à execução, referiu que na sua intervenção já havia dito que a parte que faltava dos vinte por cento, era referente aos fundos comunitários não executados que estavam pendentes do empréstimo que estava no Tribunal de Contas, ou seja, eram todos aqueles que estavam na candidatura que já tinha sido deliberada naquela Assembleia Municipal. Posto isso, disse que o que era inquestionável era a forma como o PSD olhava para as matérias enumeradas e como continuava a não votar a favor de apoios tão próximos às pessoas.-----

----- **O Deputado Paulo Luís** iniciou a sua intervenção respondendo à parte final da intervenção do Sr. Presidente, ou seja, dizendo que era a grande maioria boa que fazia aprovar e quando não concordavam com o processo ou com a parte técnica, votavam contra e assumiam isso perfeitamente. De seguida, disse que agora estava esclarecido porque o Sr. Presidente, no dia vinte e oito de dezembro passado, não tinha explicado o porquê dos endividamentos da Praia Cultural e da Praia Ambiente irem parar aos financiamentos, mas o que era certo era que o município não estava a reduzir o seu endividamento, pois o Sr. Presidente compartimentava nas empresas municipais para depois dizer que a Câmara Municipal tinha-o reduzido. Sobre a questão da Praia Ambiente, questionou onde a Câmara ia buscar o valor referido para conseguir colmatar

o aumento do custo da dívida da Praia Ambiente; qual o motivo da duplicação, na Praia Ambiente, da dívida a fornecedores; a que era relativo o valor indicado no balanço, de cerca de duzentos mil euros de Outros Créditos a Receber. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, em relação aos prazos de pagamento tudo tinha que ver com a questão de sustentabilidade, daquilo que entendiam pagar e quais eram os prazos que entendiam fazer os respetivos pagamentos, porque havia entidades que não contavam para o prazo médio de pagamentos da Câmara Municipal, como por exemplo as juntas de freguesia que recebiam ao mês. Relativamente à Praia Ambiente, lembrou que a questão colocada pelo Deputado Paulo Luís, já havia sido colocada na sessão de vinte e oito de dezembro passado, onde tinha sido respondido que não era dos valores, nem ia ser nunca do tarifário da Praia Ambiente, nem as suas receitas a suportar isso e que seria, naturalmente, um contrato de arrendamento da Câmara Municipal. Acrescentou que, a questão da sustentabilidade estava feita e o raciocínio que o Deputado fazia não estava correto, isto é, nem a Cooperativa Praia Cultural, nem a Praia Ambiente tinham comprado nada à Câmara e esta tinha capacidade de endividamento. De seguida, disse que a pergunta que se colocava era com que números e com que estratégia o PSD tinha chegado àquele aumento brutal de impostos no concelho da Praia da Vitória. No respeitante ao termo “maioria boa”, disse que disso gostava e que achava que era uma minoria demasiado má quando não se aprovava um apoio de cento e quarenta euros a uma IPSS do concelho. ---

----- **O Deputado Francisco Ávila** interveio e disse que, relativamente ao requerimento e após análise da resposta do Sr. Presidente, havia várias questões que gostariam de colocar: -----

----- Em relação à livrança destinada à aquisição de um imóvel que, entretanto já não ia ser adquirido pela Praia Cultural, mas tinha sido ou ia ser adquirido pela Praia Ambiente, em que o financiamento tinha sido contratado, pelo prazo de seis meses, a vinte e seis de dezembro de dois mil e dezassete e que constava das contas de dois mil e dezoito, disse não perceber o porquê daquele financiamento ainda ali estar, pelo que gostaria de ver aquela situação esclarecida. -----

----- Relativamente ao passivo de curto prazo, disse que na resposta era feita referência a duas contas correntes caucionadas, de cento e cinquenta mil euros cada, contratadas uma junto do Novo Banco e outra da Caixa Económica da Misericórdia, sendo que nas contas de dois mil e dezassete não existia nenhuma conta corrente caucionada na Caixa Económica da Misericórdia, existia sempre no Novo Banco, no valor de duzentos e noventa e cinco mil euros, que era um valor semelhante ao somatório daquelas duas contas correntes caucionadas. Posto isso, disse que gostava de perceber se existia ou não a referida conta corrente caucionada na Caixa Económica da Misericórdia. -----

----- No que diz respeito à Praia Cultural, disse que, na explicação do passivo não corrente, tinha um financiamento que havia sido feito junto da Sociedade de Desenvolvimento do concelho da Praia da Vitória e tinha sido contratado, a trinta de dezembro de dois mil e oito, um contrato de financiamento mútuo com duzentos e cinquenta mil euros, com a finalidade de pagar a fornecedores a trinta anos e com um

período de carência de cinco anos, sendo que depois fazia um empréstimo de curto prazo, no valor de duzentos e cinquenta mil euros, para adquirir um imóvel que não tinha chegado a adquirir. Após isso, disse que gostava de perceber a situação em causa. -

----- Relativamente às contas da Praia Cultural, de dois mil e dezoito, disse que esta continuava a ter um financiamento de curto prazo bastante significativo e com taxas de juro elevadíssimas, tanto que de dois mil e dezassete para dois mil e dezoito tinha crescido cento e sessenta por cento. Acrescentou que, estando a Câmara Municipal numa situação financeira boa, não percebia o porquê dos atrasos de pagamento à ASTP e, consequentemente, à Praia Cultural, sendo que se isso não acontecesse, aqueles custos eram evitáveis, pelo que gostava que aquela situação também lhe fosse explicada. -----

----- **O Presidente da Mesa** interveio para questionar os Deputados se pretendiam interromper para almoço, tendo os mesmos optado por terminar a discussão dos pontos em causa e, só depois, fazerem pausa nos trabalhos. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que estavam em abril de dois mil e dezanove, a votar o fecho de contas de dois mil e dezoito e havia perguntas sobre dois mil e dezassete, o que era bastante confuso. Relativamente ao contrato de financiamento de fornecedores da festa de dois mil e oito, disse que tinha sido uma situação suscitada pelo Tribunal de Contas, validada por este, estava a ser acompanhada e tinha sido detetada pelo mesmo, tal como tinha sido amplamente debatida e votada em sede de reunião de Câmara, etc.. Quanto à questão do valor pendente na ASTP, disse que o contrato programa entre a ASTP e a Câmara tinha sido reduzido precisamente em duzentos e sete mil euros, no final do ano em que não tinham sido executados, os referidos duzentos e sete mil euros. Concluiu dizendo que, apenas era obrigado a responder às questões relacionadas com os pontos da ordem de trabalhos e que qualquer outra questão haveria de responder mediante a entrega do respetivo requerimento, até porque nem tinha consigo o material necessário para tal. -----

----- **O Deputado Paulo Luís** usou da palavra e lembrou que a Mesa tinha dado autorização para aquelas questões serem colocadas. -----

----- **O Presidente da Mesa** interrompeu para alertar que tinha dado autorização para as questões serem colocadas, mas se o Sr. Presidente da Câmara não tinha condições de responder às mesmas, não o podia fazer. -----

----- **O Deputado Paulo Luís** continuou a sua intervenção dizendo que ia ler dois parágrafos, do Relatório de Auditoria, que o tinham deixado desconfortável e passou à leitura dos mesmos: -----

----- *“Verificamos que, relativamente aos procedimentos contratuais, na fase de celebração e execução do contrato, devido à estrutura do município, são frequentemente as mesmas pessoas a intervir na negociação e preparação destes. O município tem vindo a tentar implementar uma metodologia de segregação de funções que mitiga o risco que daqui decorre.”* -----

----- *“No procedimento de concessão de benéficos públicos, não está sempre salvaguardada a existência de interesses privados de funcionários envolvidos nesse procedimento.”* -----

----- Posto isso, disse que naquele momento estava mesmo desconfortável e deixou o desafio à vereação de em situações de relatórios de auditoria, não se voltassem a repetir frases daquelas. -----

----- **O Deputado César Toste** usou da palavra e sugeriu ao Sr. Presidente da Câmara que, ao invés de andar com a folha onde constava o que o PSD andava a fazer e a dizer daquele órgão, andasse com o Relatório de Atividades, porque este sim era importante para os praienses. Posto isso, questionou o Sr. Presidente sobre o que este pensava sobre as recomendações do Tribunal de Contas. Relativamente a desconforto, disse que, mais uma vez reiterava aquilo que havia sido dito na sessão da Assembleia, sobre o aumento dos dez por cento às juntas de freguesia, isto é, que o Sr. Presidente da Câmara se sentasse com cada um dos presidentes de junta e ouvisse o que estes tinham a dizer. Concluiu dizendo que havia regulamentos na Câmara Municipal e que os vereadores do PSD apenas se limitavam a cumprir os mesmos, pelo que se os vereadores do PS concordavam em atribuir apoios fora dos referidos regulamentos, a responsabilidade era deles, mas os do PSD não o faziam. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** iniciou a sua intervenção dizendo que a citação lida pelo Deputado Paulo Luís, não era algo de se deixar de ânimo leve, ou seja, era uma declaração do relatório de infrações conexas, sendo que a pergunta que se colocava era qual a pretensão do Deputado em causa com aquela questão e até onde queriam ir, ou seja, se era algo que o Deputado Paulo Luís tinha conhecimento ou estava desconfiado sobre alguma questão em concreto de algum funcionário ou se era da própria dimensão da Câmara Municipal, sendo que tal como esta tinha aquela frase no seu relatório, quase todas as câmaras dos Açores tinham, agradecia que lhe fizesse chegar essa informação. Relativamente à intervenção do Deputado César Toste, mencionou que se era o Relatório do Tribunal de Contas, a Câmara Municipal tinha sido bastante clara em relação à sua posição, tal como o PSD o havia sido e tinha assumido um caminho. Acrescentou que, os apoios a que se estava a referir não eram apoios previstos em regulamentos e que podia listar aqueles que não tinham tido o voto favorável do PSD. Informou que, sabia que o que chocava e causava desconforto era a capacidade que a Câmara vinha tendo de gerir os investimentos feitos, bem como a dívida que tinha para pagar. -----

----- **O Deputado Francisco Ávila** interveio e relembrou o porquê de estar a colocar aquelas questões relativas a dois mil e dezassete. Relativamente ao contrato de financiamento de dois mil e oito, esclareceu que só havia pedido para o Sr. Presidente exemplificar e não para que lhe mostrasse o contrato, sendo que até percebia que não tivesse o mesmo presente, mas em relação ao financiamento de dezembro de dois mil e dezassete, e já sendo este presidente da Câmara nessa altura, agradecia que lhe explicasse aquela situação. Em relação às questões sobre as contas de dois mil e dezoito, disse que tinha feito algumas considerações, mas não tinha obtido as respetivas respostas. -----

----- **O Deputado César Toste** usou da palavra e disse que o Sr. Presidente não os tinha recordado do que havia dito na altura relativamente ao Tribunal de Contas, isto é,

que tinha contestado o mesmo. Posto isso, citou uma das recomendações feita pelo Tribunal de Contas: -----

----- “...promova a delimitação do perímetro de consolidação do grupo municipal, abrangendo todas as entidades relativamente às quais se verifiquem indicadores da existência ou presunção de controlo por parte do município.” e questionou o que havia sido feito com a ASTP.-----

----- Disse, ainda, que no início, quando o PSD dizia que a transferência para a ASTP não era correta, o Sr. Presidente defendia dizendo que era excelente, muito bom para a Praia, mas, quando se vinha a ver, no final do ano passado, a ASTP era posta dentro da Praia. Concluiu questionando se isso era ou não cumprir com o que o Tribunal de Contas dizia. -----

----- **O Deputado Paulo Luís** interveio e disse que, insinuações não as fazia, quando tinha alguma coisa dizia e dizia aquilo que tinha a certeza, da mesma forma que, aquando do Relatório do Tribunal de Contas, tinha lido reiteradas ilegalidades e mecanismos financeiros, tal como estava a ler a mesma coisa num Relatório de Auditoria, pelo que não alinhava naquelas insinuações. Relembrou que, o que havia deixado era um desafio e se quisessem entrar num campo de insinuações, ele não entrava nisso. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que não tinha insinuado nada, que apenas havia dito que a leitura que o Deputado estava a fazer, dizia respeito aos funcionários/corpo técnico da Câmara Municipal da Praia da Vitória e repetiu que aquela frase existia em todos os relatórios das câmaras com a dimensão da Câmara Municipal da Praia da Vitória. Relativamente ao valor transferido a menos para a ASTP, disse que a Cooperativa tinha outras receitas e outras formas de se financiar. Acrescentou que, o que interessava era que tinha havido menos dinheiro público a financiar a ASTP e a Cooperativa, ou seja, era essa a conclusão a que se chegava em relação à redução do valor contratual. Quanto às questões, disse que o Deputado Francisco Ávila fazia as perguntas que entendia e ele respondia da forma que entendesse, por isso, no ponto “Contas de dois mil e dezoito”, respondia às questões relacionadas com as mesmas, qualquer outra matéria estavam ali para falar. Relativamente ao Deputado César Toste, disse que este confundia completamente todas as questões e disse que a resposta do PSD, ao Relatório do Tribunal de Contas, tinha ditado um caminho, dizendo que ia haver um aumento brutal de impostos, sendo que ainda ninguém tinha visto isso, pelo que só havia duas situações, isto é, ou o PSD tinha falhado a sua previsão ou, quanto muito, o PSD diria que o executivo havia encontrado uma forma engenhosa para não fazer o que o PSD dizia. Acrescentou que, contestar o Tribunal de Contas era o que os advogados e a justiça faziam todos os dias, etc. e essa contestação, ao contrário do que o PSD havia dito, não era uma situação de desrespeito. Concluiu dizendo que, a Câmara Municipal tinha o seu fecho de contas de dois mil e dezoito apresentado, uma situação sustentável, que cumpria com as suas responsabilidades, com o seu encargo e financiamento da dívida, cumpria perante os fornecedores, perante as associações que pediam apoio e tinha capacidade de investimento.-----

----- **O Deputado Francisco Ávila** usou da palavra para relembrar as questões, relativas a dois mil e dezoito, que não tinham tido resposta: -----

-----No passivo de curto prazo da Cooperativa Praia Cultural havia um financiamento de duzentos e cinquenta mil euros, contratado em dezembro de dois mil e dezassete, pelo prazo de seis meses, relativo à aquisição de um imóvel adquirido pela Praia Ambiente, em que a trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito o referido valor constava das contas do mesmo ano, pelo que queria saber por que razão, aquele financiamento ainda continuava presente.-----

-----Relativamente às transferências da ASTP e no seguimento da intervenção do Sr. Presidente, disse presumir que nas contas de dois mil e dezoito da Cooperativa Praia Cultural, onde constava duzentos e setenta mil euros em dívida de terceiros, em dois mil e dezanove esse valor tinha sido renunciado e deixado de existir, pelo que gostava que isso lhe fosse esclarecido.-----

----- **O Deputado Paulo Sousa** interveio e disse que, relativamente à diminuição da recolha de monstros, referida pelo Sr. Presidente, sentiam que havia muito a acumulação de lixo junto dos ecopontos, pelo que sugeria que houvesse uma maior divulgação da recolha gratuita, uma vez que a população não estava devidamente informada.-----

----- **O Deputado Pedro Pinto** usou da palavra e disse que, em relação às contas do município, o CDS-PP registava que havia uma evolução positiva, no sentido negativo, ou seja, as contas negativas tinham evoluído no sentido positivo, mas continuavam negativas, revelando um esforço merecedor de reconhecimento e esperavam para o próximo ano, por aquela altura, estar a avaliar contas que tivessem evoluído ainda mais no sentido positivo e ultrapassado a barreira do zero e passado para o campo das contas positivas, porque discordava da visão transmitida pelo Sr. Presidente de que a Câmara não era para dar lucro.-----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** informou que aceitavam a recomendação do Sr. Presidente de Junta das Fontinhas. Em relação ao Deputado Francisco Ávila, disse que o imóvel ainda não tinha sido adquirido, nem estava refletido nas contas da Praia Ambiente, ou seja, ainda estava para aquisição da Cooperativa, do ponto de vista técnico, pois só quando a Praia Ambiente tivesse a autorização da Banca é que iria adquirir o mesmo e aí seria feito o acerto da Cooperativa naquela matéria. No que dizia respeito às transferências da ASTP para a Cooperativa, repetiu que o dinheiro público, da Câmara para a ASTP e desta para a Cooperativa, acabou e tinha sido reduzido nos duzentos mil euros, sendo que a Cooperativa, dentro daqueles que eram os contratos programa deliberados para dois mil e dezanove, dentro daquela que era a sua atividade para dois mil e dezanove e dentro das suas outras receitas é que faria fase ao seu dia-a-dia, aos seus investimentos em política cultural e social que tinha ao seu dispor. Em relação ao CDS-PP, referiu que o resultado era negativo, mas se retirassem o peso das amortizações, relativamente ao investimento que havia sido feito, teriam um resultado sobejamente positivo na Câmara Municipal, mas registava com agrado a intervenção do mesmo. Acrescentou que, estava à espera de falar da TERAMB, porque até aquele fecho de contas, de dois mil e dezoito, operava o milagre de terem um resultado positivo

na mesma, ou seja, não era só a Câmara Municipal que tinha o resultado que tinha, como as três entidades estavam com resultados positivos.-----

----- **O Deputado Francisco Ávila** iniciou a sua intervenção com uma nota dirigida ao Deputado Pedro Pinto, ou seja, disse que as questões técnicas também eram importantes e que apreciações globais políticas deveriam ser feitas, mas as questões de pormenor, e estavam ali a falar de centenas de milhares de euros, não era bem um pormenor que devesse ser ignorado. De seguida, repetiu as questões colocadas anteriormente. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** interveio e confessou que não estava para falar da TERAMB, que tinha lido os documentos e tinha verificado que as coisas não estavam tão más, daí querer deixar passar e querer se resumir a apenas uma intervenção, mas ainda bem que o Sr. Presidente havia falado no assunto, pois havia ficado muito preocupado com a incerteza, isto é, com o facto de um dos acionistas ter um espírito de incerteza, quanto ao investimento em causa, situação que não podia acontecer. Acrescentou que, tal como já havia sido falado, continuava muito preocupado, pois se houvesse uma redução de resíduos, deixava de dar lucro afetando, financeiramente, o município, pelo que seria bom, da próxima vez que se falasse sobre o assunto, o Sr. Presidente da Câmara conseguisse serenar a inquietude relativa ao investimento em causa.- -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu, ao Deputado Francisco Ávila, dizendo que, apesar das deliberações todas, quer em sede de Assembleia Municipal, quer no Conselho de Administração da Praia Ambiente, a operação ainda não se havia concretizado, pelo que se mantinha ativo o contrato promessa de compra e venda, da Cooperativa relativamente ao edifício em causa. Quanto à intervenção do Deputado Pedro Pinto disse que se também estava inquieto, não conseguia passar serenidade, porque no ano passado tinham sido obrigados a injetar dinheiro na TERAMB, para cobrir os prejuízos e o resultado do corrente ano não dava garantias, pelo que, enquanto não houvesse alguma estabilidade, não era possível dar essas mesmas garantias. -----

----- **O Deputado Francisco Ávila** interveio e disse que, depreendia das palavras do Sr. presidente, que quando se efetivasse o contrato de venda do imóvel em causa, entre a Sociedade de Desenvolvimento da Praia da Vitória e a Praia Ambiente, o valor de duzentos e cinquenta mil euros seria pago à Sociedade de Desenvolvimento que, por sua vez, devolveria à Praia Cultural e esta liquidaria junto da instituição bancária o montante em dívida. Posto isso, questionou se a referida devolução se ia efetivar aquando da venda, a outra entidade que não a que estava prometida, e quem ia suportar os custos financeiros relativos àquela operação. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que sim, sem prejuízo de eventualmente depois dar outra resposta por escrito, se houver requerimento. Em relação aos custos financeiros, disse que seriam feitos com a aquisição do processo, ou seja, a Cooperativa não perderia qualquer valor, em termos de intervenção da mesma no processo.-----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

-----**4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2018, DA TERAMB, EMPRESA MUNICIPAL DE GESTÃO E VALORIZAÇÃO AMBIENTAL DA ILHA TERCEIRA, EM..**-----

----- Este ponto foi apresentado em simultâneo com o anterior. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

-----**5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2018, DA PRAIA AMBIENTE, E.M..**-----

----- Este ponto foi apresentado em simultâneo com os anteriores. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

-----**6. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2018, DA COOPERATIVA PRAIA CULTURAL.**-----

----- Este ponto foi apresentado em simultâneo com os anteriores. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

-----**7. APRECIACÃO DO INVENTÁRIO DOS BENS E DIREITOS PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO E RESPECTIVA AVALIAÇÃO - ANO DE 2018.**-----

----- Este ponto foi apresentado em simultâneo com os anteriores. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

-----**8. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DO MUNICÍPIO - ANO DE 2018.**-----

----- Este ponto foi apresentado em simultâneo com os anteriores. -----

----- **Submetido à votação, o Relatório e Contas, foi aprovado por maioria, com dezanove votos a favor do PS, doze votos contra do PSD e uma abstenção do CDS-PP.**-----

----- **O Deputado Clélio Meneses** apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “O PSD votou contra as contas em discussão, pelo conjunto de questões que foram sendo abordadas desde a nossa intervenção inicial, às sucessivas intervenções que foram sendo feitas pelo PSD, como foi aqui referido, decorrentes de muito trabalho, de muito estudo, de muita avaliação e, de uma forma séria, assumindo as nossas responsabilidades políticas e, no final deste debate de horas que nos levou quase à exaustão pela fome, mas também devemos dizer que ficamos quase exaustos da fome de esclarecimentos, é que por muitas que fossem as questões colocadas, de uma forma séria, rigorosa, precisa e estudada, ficamos sem esses esclarecimentos e lamentar que, a Câmara Municipal, ao invés de prestar esses esclarecimentos, tenha levado o tempo a atacar o PSD com a dita folhinha e a dita folhinha é apenas a citação que o PSD fez a um Relatório do Tribunal de Contas. Curiosamente, parte dessas recomendações, pelo menos parte delas, já foram cumpridas pela Câmara Municipal ao restringir o perímetro municipal àquilo que foi a recomendação do Tribunal de Contas, por isso, esse

exercício, essa tentativa de *show off*, do Presidente da Câmara, colhe, para quem não estudou, para quem não conhece, para quem está consciente daquilo que estava em causa, obviamente que por aí não tem qualquer resultado. Por outro lado, é lamentável que o Sr. Presidente da Câmara, mais uma vez, tenha levado o tempo todo a atacar o PSD sobre a história dos tais cento e quarenta euros. Para que fique claro, os cento e quarenta euros são relativos a um apoio concedido que não está regulamentado, mas lamentasse, profundamente, que o Presidente da Câmara Municipal, ao invés de esclarecer umas contas de milhões, tenha passado o tempo todo a falar de cento e quarenta euros quando, e fazia o exercício a todos, alguém se lembra de alguma vez o Presidente da Câmara Municipal ter feito referência ao PSD, na Assembleia Municipal ou na Vereação, por ter votado a favor de um apoio? O PSD vota a favor de milhares e milhares de euros de apoios e nunca o Presidente da Câmara Municipal teve a coragem de assumir “Este apoio é concedido porque teve o voto de todos, inclusive do PSD.” Isto é que é lamentável, uma vez o PSD vota contra cento e quarenta euros, porque não está regulamentado, não é legal, o PSD vota sempre, milhares e milhares de euros de apoios e nunca o Presidente da Câmara teve a dignidade de dizer “Esse apoio é concedido com base no voto, também, do PSD.”. O PSD também não vai falar nas fações do PS, daqueles que apoiam a Câmara, daqueles que não apoiam a Câmara, porque isso não interessa, o que interessa é discutir a Praia da Vitória, por isso, é lamentável que o Sr. Presidente da Câmara, ao invés de discutir as contas, estivesse a falar das fações do PSD. Lamentamos que, passado todo este tempo, essas horas de debate, o Sr. Presidente da Câmara não respondeu às questões, efetivamente, colocadas. Há um ano atrás colocamos questões, o Sr. Presidente da Câmara disse “Eu não respondo, façam requerimento!”, fizemos o requerimento, o Presidente da Câmara não esclarece, pedimos esclarecimentos, não responde e andamos nisto, num completo desrespeito e desconsideração para com o papel da Assembleia, o papel fiscalizador da Assembleia e para com o papel dos Deputados, que estudam, que trabalham e que estão aqui de uma forma séria, convicta a exercer as suas funções. Considerando tudo isto, a falta de esclarecimentos; a postura da Câmara Municipal; uma baixa taxa de execução; uma situação financeira, pelo menos nebulosa, em que as questões não estão esclarecidas, em que a dívida, em entidades do perímetro municipal, aumenta; perante tudo isto, obviamente, que o voto consciente só podia ser o voto contra, sobretudo tendo em conta aquilo que dizemos na análise global, que o Sr. Presidente da Câmara diz que não foi feita, e foi feita no início deste debate, considerando o atual estado da Praia da Vitória, de desconforto para os praienses, e é eles que representamos, sobretudo na perspetiva daquilo que entendemos ser melhor para o município, por isso tudo o nosso voto só podia ser o voto contra.”-----

----- **O Deputado Pedro Pinto** apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “Contrariamente aos meus princípios, eu absteve-me. Se há coisa que eu aprendi, nesta Assembleia Municipal, é ou se vota a favor, ou se vota contra, mas, uma vez que os protagonistas também são diferentes, também isso induz a uma atitude diferente. Como eu disse, registei uma evolução positiva nas contas, obviamente que isso merece

algum reconhecimento político e é no âmbito desse reconhecimento político que o CDS se absteve.”-----

----- **O Deputado Luís Leal** apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “Nós votamos favoravelmente este ponto e posso resumi-lo de uma forma muito breve. Em primeiro lugar, não há o famigerado, o almejado aumento de impostos; o nível de investimentos da Câmara Municipal tem-se mantido, sobretudo a nível dos fundos comunitários, dos mais elevados; há uma redução da dívida da Câmara na ordem de um milhão; há um aumento dos apoios, seja nos apoios às juntas de freguesia, às festas tradicionais, à formação e os apoios à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários e, portanto, essa tentativa constante, permanente de denegrir, escurecer, fazer parecer que deste lado não se trabalha, que este executivo não faz nada, não é bem assim. Os números são visíveis, houve momentos no passado em que tivemos que arregaçar mangas, mas é para isso que cá estamos e, no futuro, continuaremos sempre, como sempre estivemos, ao lado dos praienses e sempre a dar força ao executivo, porque tem vindo a fazer um bom trabalho e tem a nossa total confiança.” -----

----- **9. APRESENTAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA - ANO DE 2018, REMETIDA POR SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA..**-----

----- Este ponto foi apresentado em simultâneo com os anteriores. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **O Presidente da Mesa**, eram catorze horas e cinco minutos, interveio e propôs que se fizesse um intervalo para almoço. -----

----- Pelas quinze horas e cinquenta minutos reiniciaram-se os trabalhos. -----

----- **10. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA REVISÃO N.º 1 AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA DA CÂMARA MUNICIPAL DA PRAIA DA VITÓRIA DE 2019 E REVISÃO N.º 1 ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO.**-----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** fez uma explanação do ponto. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** iniciou a sua intervenção dizendo que estavam perante a inclusão de novas rubricas no orçamento e não apenas uma transferência de saldo. Posto isso, questionou em que se consubstanciava aquele investimento, em infraestruturas desportivas no areal da Praia da Vitória. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que o parque desportivo era, basicamente, a zona que atualmente tinham de campo de futebol de praia. Acrescentou que, a candidatura em causa tinha que ver com o espaço de futebol de praia e de voleibol de praia. Disse que, o roteiro de mergulho recreativo, *surf* e *body board* era a aquisição de equipamentos de *body board* e de *surf*, essencialmente, mais alguns equipamentos de segurança náutica, para que estivessem disponíveis para qualquer pessoa frequentar. Informou que, o objetivo não era a Câmara Municipal gerir os

equipamentos, mas sim entregar a alguma entidade ou associação para o fazer. Em relação ao parque aquático insuflável, disse que era um primeiro teste e havia questões de segurança, pelo que quando estivesse operacional era necessário, por exemplo, um nadador salvador, um seguro, horários, etc.. Referiu que, se as candidaturas, quer à Grater, quer à Grater Mar, fossem aprovadas o objetivo era mudar e melhorar completamente a frente de praia da baía. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** usou da palavra e disse perceber a visão do Sr. Presidente para o areal e achava que esta era boa, bem como o investimento em infraestruturas desportivas era muito valoroso, mas mais valoroso seria se esse investimento pudesse ser disfrutado, também, fora daquilo que era, oficialmente, a época banear, até porque, com as alterações climáticas aquilo que hoje em dia estava definido como sendo a época banear, provavelmente ia ter que levar uma reformulação. Acrescentou que, seria muito útil que aquele investimento, a ser feito, não fosse apenas explorado na época banear, mas que pudesse, também, ser disfrutado por todos os praienses fora da época banear e, dessa forma também, impulsionar a prática desportiva no concelho, sendo que para isso, implicava um outro conjunto de investimentos, uma atuação concertada no areal e não apenas em obras esporádicas e pontuais para determinados objetivos. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** usou da palavra para informar que havia uma prova regional que decorria durante a festa da Praia, ou seja, o torneio de voleibol de praia, sendo que não tinha a dimensão que se gostaria que tivesse. Disse que, tinham o desejo de trazer mais e melhores provas, com mais visibilidade, principalmente fora do verão, para a baía e em especial para o areal. Relativamente ao areal, disse que, enquanto equipa, tinham apresentado aos eleitores e no âmbito do programa eleitoral era um dos compromissos, a criação de um plano de manutenção e sustentabilidade dos areais da Praia da Vitória, sendo certo que sabiam que, pela sua dimensão de custos, era algo completamente incomportável para o orçamento da Câmara Municipal, pelo que estavam a procurar vários mecanismos de apoios. Informou que, estavam focados, até ao final de setembro, em candidatar ao LIFE, no eixo das alterações climáticas, de uma grande recarga de areia no areal e, também, de acondicionar, fazer os devidos estudos naquela matéria, para se perceber qual a dinâmica sedimentar da mesma, e se o conseguissem fazer, aí sim podiam mudar, completamente, aquilo que vinha sendo o areal da Praia da Vitória nos últimos vinte anos. -----

----- **O Deputado Clélio Meneses** interveio e disse que constataavam, pelo menos pelo discurso, que a revisão ao Orçamento era, aparentemente, mais ambiciosa e mais substancial do que o próprio Orçamento, o que era uma incoerência que lhes causava alguma perplexidade. Disse que, tudo o que tinha que ver com a valorização do areal e do mar, tinha a aprovação do PSD, era uma gestão estratégica que era falada como sendo algo essencial para o desenvolvimento do concelho, bem-estar dos praienses e atratividade em termos turísticos e nesta medida económicos e sociais, mas o que era certo era que caíam novamente no plano dos discursos e das promessas que os praienses estavam fartos e cansados. Acrescentou que, não devia haver ninguém que não achasse importante valorizar o areal, etc., mas o que causava desconforto era, e deu como

exemplo a chegada de um navio cruzeiro, vésperas do Carnaval, em que a Avenida esteve cheia de areia, durante vários dias e a Câmara só se tinha lembrado de a limpar quando os turistas estavam a passear na mesma e a levar com a areia na cara, ou seja, aquilo preocupava-lhe mais do que tentar concretizar isso, que era de facto relevante. Disse haver um conjunto de questões que tinham que ver com a realidade e, cada vez mais, havia quem queria criar um mundo paralelo, o que era perigoso, porque quanto mais as pessoas iam naquele sentido, mais se esqueciam da realidade e aí, deixavam de intervir nela, resolvendo os problemas e potenciando as capacidades que as terras tinham. Posto isso, disse que tudo aquilo tinha que ser visto com aqueles cuidados, que estavam a favor da realização daqueles investimentos, de forma sustentável, mas também harmoniosa, pois estavam ali a falar de uma revisão do Orçamento do município da Praia da Vitória, do concelho que tinha onze freguesias e a revisão apenas incidia sobre uma parcela, o que era preciso ter em conta. Referiu que, estava sempre a tentar contrapor a realidade e o discurso, como por exemplo, não havia dinheiro para conservar os parques infantis existentes, mas iam fazer investimento num novo parque infantil no areal. Concluiu dizendo que, terminava conforme tinha sido a estrutura de toda a sua intervenção, ou seja, a realidade e os discursos e o Sr. Presidente cada vez mais, e isso era um sinal perigoso, estava fechado e focado na realidade virtual dos discursos. Disse ainda, que o Sr. Presidente da Câmara tinha dificuldade em lidar com a oposição, em assumir uma crítica, um confronto, uma opinião contrária, uma ideia democrática e legítima de defender uma perspetiva diferente de ver a realidade e a intervenção política na realidade, mas aquela dificuldade, àquele nível, não é que ia resolver, mas ao nível das suas responsabilidades políticas, democráticas, pelas quais tinha sido eleito, obviamente que as ia assumir sempre, sem qualquer receio, nem com a ideia de que mais valia estar calado para não se chatear, sendo certo que isso era mais confortável, mas não estava ali para ao seu conforto, mas sim para assumir as suas responsabilidades.-----

----- **O Deputado Pedro Pinto** usou da palavra e disse que, relativamente à questão das obras para a requalificação e manutenção do areal, em condições consideradas satisfatórias, obviamente que seria necessário um investimento elevado, investimento esse que, por muito que quisessem, seria incontornável em relação, também à reabilitação e ampliação da Marina. Acrescentou que, todos os anos havia deposição de areia no interior da Marina, porque faltava uma barreira física que impedisse a areia que estava em suspensão na água, de ir para o interior da Marina, pelo que não se podia pensar no areal, apenas e só enquanto areal, desconsiderando tudo o que havia à volta, pelo que chamava a atenção para isso. Relativamente ao roteiro de mergulho *surf* e *body board*, disse achar um investimento interessantíssimo, mas no verão não via onde poderia haver ondas para a prática de *surf*, pelo que achava que seria um investimento mais razoável a vela, mas aquelas eram opções políticas, isto é, a Câmara achava que a aposta era nas ondas e o CDS achava que era no espelho de água e no vento. Em relação ao torneio de voleibol, disse que durante a Festa da Praia havia demasiada coisa, tudo ao mesmo tempo, ou seja, durante a manhã praticamente nada acontecia, durante a tarde havia as atividades e depois, à noite, havia o entretenimento noturno, e era a isso que as

festas se resumiam, quando podiam ser um ponto máximo de potenciar atividades ao ar livre, atividades na baía, o mergulho, vela, *wind surf*, mas não, estavam mais vocacionadas para uma vertente lúdica-cultural, com uma grande intensidade noturna do que para uma utilização do dia. Posto isso, disse que fazer um torneio de voleibol nesse período de tempo, não lhe parecia a melhor das opções. Informou que, quando tinha falado em realizar campeonatos e torneios de voleibol era isso mesmo, campeonatos e torneios que não deveriam ser, exclusivamente, durante a semana das Festas da Praia, porque nessa semana já havia demasiadas coisas para entreter as pessoas. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, entre o dia vinte e três e vinte e quatro de fevereiro, tinham estado a socorrer e a tratar da proteção de tudo o tinha sido colocado em causa nesses mesmos dias pelas chuvas, pelo que a única questão que tinham intervindo na Avenida Beira-Mar tinha sido aquando da interrupção do trânsito, porque aí sim estava a ser colocada em causa a circulação de pessoas e viaturas na Avenida. Acrescentou que, tinham estado focados em situações urgentes, tendo chegado mais tarde às questões de estética, porque primeiro estavam as questões em que era preciso salvaguardar as pessoas e os bens. Relativamente aos parques infantis disse que não sabia quais o que o Sr. Deputado conhecia, mas se conhecia algum, da Câmara Municipal, que não estivesse devidamente fiscalizado, certificado e segurado que lhe dissesse, pois todos tinham a manutenção necessária a cumprir com todas as obrigações para estarem abertos e serem frequentados pelas crianças. Quanto ao Orçamento, disse que tinham muitos milhões de euros candidatados por todo o concelho, aliás a maior fatia de fundos do Orçamento de Fundos Comunitários e a maior fatia de investimento, prevista para o Orçamento de dois mil e dezanove, nem ficava no centro da cidade, nem no centro de Santa Cruz, antes pelo contrário. Informou que, aquelas candidaturas não eram promessas, não as tinha estado a anunciar, tinham feito as candidaturas à Grater e à Grater Mar, tinham sido submetidas, era necessária a aprovação da Assembleia Municipal, para depois se remeter o documento para a Grater e depois de aprovadas, aí sim, haviam de as anunciar. Acrescentou que, a Câmara Municipal da Praia da Vitória era das poucas câmaras nos Açores que tinha a clara preocupação de estar sempre à procura de fundos comunitários, de candidatar, de multiplicar aquilo que tinha. -----

----- **O Deputado Clélio Meneses** interveio e disse que registava, politicamente, a alteração de postura e de assumida descolagem do Sr. Presidente da Câmara, relativamente a seu antecessor. Quanto à questão da segurança e dos equipamentos dos parques infantis, questionou o Sr. Presidente se para ele garantia segurança retirar os equipamentos dos parques infantis, que por não estarem em condições tinham que ser retirados, porque punham em causa a segurança, pois o que era certo era que, por exemplo, na Aqualva, na Vila Nova, Santa Rita, tinham sido retirados equipamentos que, por falta de manutenção, punham em causa a segurança. Disse que, a Câmara ao fazer aquilo, não estava mal, estava bem, o que estava mal era esta vir dizer que estava tudo bem e que não tinham retirado nada, desvirtuando a realidade. Em relação à história das ribeiras, disse que, conforme tinha havido alertas sucessivos de algumas entidades, se Câmara Municipal e o Governo Regional tivessem procedido à

manutenção das linhas de água no seu devido tempo e nas devidas condições, se calhar não tinha acontecido as situações que aconteceram, pois também fazia parte da responsabilidade atuar na prevenção e não apenas na correção. Posto isso, disse que em relação ao ponto em causa, entendiam que era um investimento importante, mas era preciso ter em conta a realidade, que num conjunto de circunstâncias era preciso outra atenção e mais valia resolver aquilo que existia, para depois prometer aquilo que aparentemente podia parecer uma boa notícia, quando na prática podia não ser bem assim. Concluiu, dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara, dizendo que tinha consciência plena de que não se iam entender, pois enquanto falava da realidade, o Sr. Presidente falava dos discursos e quando falava nas coisas concretas, o Sr. Presidente falava no macro. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, em relação aos parques infantis, afinal faziam manutenção, ou seja, retiravam, mantinham e recolocavam e repetiu que todos os parques infantis estavam devidamente segurados e certificados. Quanto às ribeiras, disse que, em termos de prevenção, aquela tinha sido das poucas vezes que as tinham visto só com material orgânico e pedras. Relativamente ao seu antecessor, dirigiu-se ao Deputado Clélio Meneses dizendo saber que este tinha um problema com ele, mas que isso deveria ser resolvido entre os dois e não consigo. -----

----- **Submetida à votação, a proposta, foi aprovada por maioria, com dezanove pontos a favor, dezoito do PS e um do CDS-PP e onze abstenções do PSD.** -----

----- **11. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DO COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIO.** -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** fez uma explanação do ponto. -----

----- **Submetida à votação, a proposta, foi aprovada por unanimidade.** -----

----- **12. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TRÂNSITO DA CIDADE DA PRAIA DA VITÓRIA.** -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** fez uma explanação do ponto. -----

----- **O Deputado Luís Leal** usou da palavra e disse que, o que tinham assistido era ao culminar de um processo que vinha acontecendo desde o início do fórum inaugurado pela Câmara Municipal da Praia da Vitória. Disse que, tinha havido ali uma clara sinergia de várias pessoas, de forma apartidária, com o intuito de fazer o melhor para a sua cidade, pelo que achava que aquilo era o claro fruto daquela sinergia. Posto isso, disse que a Câmara Municipal tinha os parabéns do grupo municipal do PS, assim como todas as pessoas envolvidas no processo em causa. -----

----- **O Deputado Clélio Meneses** interveio e disse que tinha estranhado a intervenção do Deputado Luís Leal, porque achava que este ia propor que o assunto baixasse à Comissão Permanente, tal como tinha acontecido aquando da discussão da alteração de sentido de trânsito numa das ruas da freguesia dos Biscoitos, pois estavam a discutir o trânsito na Praia da Vitória. Acrescentou que, não percebia o porquê de não ir à Comissão Permanente, isto é, não percebia aquela incoerência, tendo em conta o

processo já referido da freguesia dos Biscoitos. Mencionou que, pior do que isso era a obra ter começado sem que a Assembleia Municipal tivesse deliberado a alteração em causa, pelo que questionava o que estavam ali a fazer, sendo certo que eram duas coisas diferentes, uma era a obra, que não precisava de autorização da Assembleia, e outra era a alteração do trânsito, que carecia de autorização da Assembleia e, consequentemente, implicava a criação de uma rotunda. Depois disso, disse que estavam a favor de grande parte das medidas previstas no plano em causa, entendiam que eram adequadas à regularização do trânsito, sendo que, se calhar, outras alterações poderiam ser feitas e baixar à Comissão Permanente poderia envolver, de forma digna, a Assembleia, mas estavam perante um problema, isto é, baixava à Comissão Permanente, mas a obra já estava a ser feita. Disse que, era preciso respeitar a Assembleia Municipal, avançar com aquilo que correspondia a deliberações desta, depois de deliberadas. Disse que, o processo em causa tinha tido bons princípios e tinha tudo para dar certo, mas depois daquela pressa e daquelas incoerências fazia com que aquilo que deveria ter o apoio unânime de todos, não pudesse acontecer, porque não iam votar a favor de uma coisa que desrespeitava o órgão a que pertenciam. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, relativamente à comparação com os Biscoitos, havia uma questão fundamental, ou seja, no trânsito da cidade, além de todo o processo, tinha havido um período de discussão pública, sendo que o que tinha ficado mandatado à Comissão Permanente, no processo da freguesia dos Biscoitos, era para se fazer essa discussão pública. Quanto à questão de alteração ao trânsito e das obras, disse que eram duas coisas diferentes, uma coisa era a parte de empreitada e outra era a alteração ao trânsito. Acrescentou que, a Câmara Municipal tinha competência para dizer que se fizesse uma rotunda no Largo da Luz e que o trânsito se mantinha igual. Esclareceu que, do ponto de vista técnico, o que a Assembleia ia deliberar era que a Rua da Artesia passava a ter dois sentidos, que o Largo da Luz passava a ter dois sentidos, que a Rua Gervásio Lima se alterava e que na confluência era colocada uma rotunda, pelo que a Assembleia Municipal não estava a ser desrespeitada e não aceitava esse argumento. -----

----- **O Deputado Paulo Luís** dirigiu-se ao Sr. Presidente da Câmara e disse que este ia fazer uma rotunda porque existiam alterações de trânsito, ainda não aprovadas na Assembleia Municipal, que estavam dadas como garantidas. Disse que, estava ali um problema, ou seja, iam avançar com uma obra, que era subjacente ao Regulamento de Alteração de Trânsito, sem ter uma decisão da Assembleia Municipal. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** usou da palavra para fazer uma interpelação à Mesa relativa aos sinais de trânsito que seriam aplicados na zona sujeita a alteração de trânsito. -----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** respondeu à interpelação. -----

----- **Submetida à votação, a proposta, foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor, dezoito do PS e um do CDS-PP e dez abstenções do PSD.**-----

----- **13. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RATIFICAÇÃO DA ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA DOS TRÊS PRÉDIOS RÚSTICOS SITOS NO CAMINHO DO FACHO DE SANTA RITA.** ----

----- **O Presidente da Câmara Municipal** fez uma explanação do ponto, ressaltando que se tratava da ratificação da minuta aprovada na sessão extraordinária da Assembleia Municipal, realizada em dezembro do ano transato. -----

----- **O Deputado Clélio Meneses** iniciou a sua intervenção enaltecendo a assinatura da escritura, uma vez que esta permitia, por parte da Câmara Municipal, a aquisição dos terrenos em causa, contudo, fase ao parecer do chefe de Divisão de Recursos Humanos e Financeiros da Câmara Municipal, ficavam com dúvidas legais que podiam levar à aplicação de sanções por parte do Tribunal de Contas. Posto isso, passou à leitura do referido parecer: *“Considerando que não é possível efetuar qualquer pagamento, conforme dita o nº4 do artº45º da LOPTC (Efeitos do visto) “Os actos, contratos e demais instrumentos sujeitos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas cujo valor seja superior a (euro) 950 000 não produzem quaisquer efeitos antes do visto ou declaração de conformidade.” Informo que a realização do pagamento que ora se pretende é passível de responsabilidade financeira sancionatória conforme disposto na alínea b) do nº1 do artº65º da LOPTC “1 - O Tribunal de Contas pode aplicar multas nos casos seguintes: b) Pela violação das normas sobre a elaboração e execução dos orçamentos, bem como da assunção, autorização ou pagamento de despesas públicas ou compromissos.” Também os pagamentos decorrentes deste contrato em anos futuros são passíveis da mesma responsabilidade financeira. Mais informo que não cumpre o nº5 do artº5º e o nº1 do artº9º da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro). Também informo que a violação direta de normas financeiras constitui fundamento para recusa de visto, segundo alínea b) do nº3 do artº44º da LOPTC “3 - Constitui fundamento da recusa do visto a desconformidade dos actos, contratos e demais instrumentos referidos com as leis em vigor que implique: b) Encargos sem cabimento em verba orçamental própria ou violação directa de normas financeiras”;*”. Relembrou que, o PSD sempre tinha defendido que a resolução da situação do Bairro dos Americanos em Santa Rita, deveria passar pelo envolvimento do Governo da República, mas esta estava apenas numa Resolução na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e numa Norma do Orçamento de Estado.---

----- **O Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que, mesmo havendo algumas eventuais dúvidas por parte do Tribunal de Contas, estas não inviabilizavam a escritura. Destacou que, tratando-se um processo com vinte anos, que teve impactos pessoais e psicológicos para muitas famílias, as decisões tomadas decorreram com o intuito de dar uma resposta efetiva à situação, uma vez que para casos excepcionais, eram necessárias medidas e atitudes excepcionais e cabia a cada um decidir de que lado da história queria estar. Relembrou, ainda, que desde o início a Câmara Municipal tinha estado ao lado dos moradores. Disse que, o processo era de extraordinária complexidade e que não tinha qualquer enquadramento no normativo legal existente no país, pelo que no passado a Câmara Municipal tinha tentado aplicar a legislação das áreas urbanas de génese ilegal, mas sem sucesso, ou seja, aquele era o único local do país em que uma

potência estrangeira tinha construído em terrenos rústicos. Concluiu a sua intervenção citando uma frase de Francisco Sá Carneiro: “*A política sem risco é uma chatice e sem ética uma vergonha.*”. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** usou da palavra e disse que o CDS-PP ia votar a favor do ponto em causa, uma vez que já haviam votado, na sessão extraordinária da Assembleia Municipal, realizada em dezembro passado, favoravelmente a minuta e o que estavam a fazer era a tentar resolver ao nível autárquico um problema criado por duas nações. Ressalvou que tratando-se de um caso único no país, mesmo que viessem a ser aplicadas sanções, estaríamos sempre perante um caso de jurisprudência, o que levaria a uma avaliação própria e baseada nas circunstâncias das decisões. -----

----- **O Deputado Clélio Meneses** reforçou, face às considerações do Deputado Pedro Pinto, que não se tratava do Grupo Municipal do PSD não querer ajudar mas da questão da legalidade do processo. Reforçou que o PSD iria votar contra a proposta em análise, tendo em conta que, na sua ótica, não estavam cumpridos todos os requisitos legais, nomeadamente a contratualização da comparticipação pelo Governo da República e pelo Governo Regional dos Açores.-----

----- **Submetida à votação, a proposta, foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor, dezoito do PS e um do CDS-PP e dez votos contra do PSD.**-----

----- **APROVAÇÃO POR MINUTA:**-----

----- Tendo a Câmara invocado urgência na entrada em vigor das deliberações desta Assembleia, foi proposto à Assembleia que a ata, quanto às deliberações dos pontos da ordem de trabalhos fosse, aprovada em minuta, tendo em conta a sua importância e de acordo com o número três do artigo número noventa e três da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro. -----

----- **A Assembleia aprovou a ata, por minuta, por unanimidade.** -----

----- Terminados os trabalhos, eram dezassete horas e quarenta minutos, e não havendo mais nada a tratar, o **Presidente da Mesa da Assembleia** agradeceu a todos e deu por terminados os trabalhos da segunda sessão ordinária do ano de dois mil e dezanove, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que, depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia. -----

Ass: _____

Ass: _____

Voto de Congratulação

O Sport Clube Praiense, fundado a 14 de novembro de 1947, acaba de voltar às vitórias desportivas nos seus escalões de formação, onde, atualmente trabalha com cerca de duas centenas de jovens atletas.

As equipas dos escalões de formação de Juniores B (Juvenis) e Juniores E (Benjamins) do Sport Clube Praiense conquistaram quatro títulos das provas sob a égide da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo onde participaram.

No caso do escalão etário dos Juvenis, o Sport Clube Praiense sagrou-se Campeão da Ilha Terceira, estando atualmente a disputar o Campeonato Regional Inter-Clubes, visando o acesso aos patamares nacionais da categoria, uma vez que, no primeiro fim-de-semana do mês de fevereiro, na ilha Graciosa, disputou e venceu o Torneio de Apuramento de Campeão da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo.

Olhando a época desportiva 2018/2019, os Juniores B do Sport Clube Praiense foram mais regulares nas provas de ilha, tendo-se sagrado Campeões da Terceira na penúltima jornada do Campeonato.

A equipa orientada pela antiga glória do futebol regional Roldão Duarte terminou a competição de ilha com 10 vitórias e 2 derrotas (nos 12 jogos realizados), tendo marcado 25 golos e sofrido apenas 10, totalizando 30 pontos, mais 2 que o seu rival Sport Clube Angrense.

Depois, na ilha Graciosa, levantou o cetro de Campeão da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, ao bater os vencedores dos campeonatos das ilhas São Jorge (Futebol Clube da Calheta), por 4-0, e da ilha Graciosa (Graciosa Futebol Clube), por expressivos 8-0, terminando a competição invicta, com 12 golos marcados e zero sofridos.

Com estas conquistas, os Juvenis do Praiense estão já a disputar o Campeonato Regional Inter-Clubes, defrontando os vencedores do mesmo escalão das Associações de Futebol de Ponta Delgada (Grupo Desportivo Santa Clara) e da Horta (Futebol Clube dos Flamengos).

A equipa de juvenis dos "Encarnados" da Praia da Vitória é composta por um núcleo de jogadores que está integrada na formação desportiva promovida pela coletividade há praticamente 10 anos.

Já no que toca aos Juniores E (escalão que trabalha com os mais novos atletas ao serviço do emblema da Praia da Vitória), prova do excelente trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, já foram averbados dois títulos, esta temporada desportiva.

Lido a 12/4/19
FH

Os mais pequenos atletas do Praiense conquistaram, através da participação da sua equipa "A", o Torneio de Abertura da Ilha Terceira (realizando 7 jogos que somou por vitórias, marcando 66 golos e sofrendo apenas 7), tendo, no passado mês de janeiro, alcançado a vitória na Taça da Ilha Terceira (9 jogos, 7 vitórias, 1 empate e 1 derrota, 53 golos marcados e 14 golos sofridos), numa competição altamente disputada e em que terminou em igualdade pontual com o seu rival Sport Clube Lusitânia, mas com vantagem na diferença de golos.

Estes jovens atletas integram um núcleo que faz formação desportiva no Sport Clube Praiense há cerca de 5 anos, tendo alguns destes jogadores iniciado a sua formação com idades de 4 e 5 anos.

Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista apresenta o seguinte Voto de Congratulação:

A Assembleia Municipal da Praia da Vitória, reunida em sessão ordinária a congratula o Sport Clube Praiense pelas conquistas dos títulos de Campeão da Ilha Terceira e vencedor do Torneio de Apuramento de Campeão da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, no escalão de Juniores B (Juvenis), bem como pelas conquistas do Torneio de Abertura e da Taça Ilha Terceira, no escalão de Juniores E (Benjamins), na presente época desportiva.

Que o presente Voto de Congratulação seja dado conhecimento aos órgãos sociais do Sport Clube Praiense, bem assim aos responsáveis e coordenadores dos escalões de formação, atletas, treinadores, staff diretivo e encarregados de educação, respetivamente dos escalões de formação dos Juniores B e Juniores E.

Praia da Vitória, 21 de fevereiro de 2019

Os membros da Assembleia Municipal



Voto de Congratulação

O Grupo de Forcados Amadores do Ramo Grande, com sede na Praia da Vitória, terminou o ano de 2018 a receber a distinção de “Melhor Pega” da temporada na conceituada Praça Palha Blanco, em Vila Franca de Xira.

O grupo das jaquetas de ramagem da Praia da Vitória, capitaneado por Manuel Pires, foi distinguido pelo Clube Taurino Vilafranquense como sendo protagonista da melhor pega da temporada na Praça Palha Blanco. A Pega distinguida foi protagonizada pelo próprio Cabo do Grupo, Manuel Pires, a um Toiro da ganadaria de Veiga Teixeira.

Cabo do Grupo de Forcados Amadores do Ramo Grande, desde 2017, quando assumiu as funções até então desempenhadas por Filipe Pires, o jovem agualvense Manuel Pires é hoje uma referência da forcadagem açoriana, sendo nome badalado nos meandros da tauromaquia nacional.

A postura elegante, arrojada e decidida do forcado na cara do toiro, comprova a raça com que cita todos os bravos que lhe saíram em sorte, e dele são as memórias dos maiores “pegões” que a afición tem presenciado nos redondéis das nossas ilhas taurinas e das praças de toiros onde o Grupo tem levado e elevado o nome da Praia da Vitória, da Ilha Terceira e dos Açores.

Ao longo dos últimos anos, Manuel Pires tem sido nome grande no Grupo de Forcados Amadores do Ramo Grande, destacando-se os troféus de “Melhor Pega” com que foi presenteado na Corrida das Festas da Praia da Vitória e na Feira da Ilha Graciosa no ano de 2015, tendo repetido o feito na Feira da Ilha Branca de 2014.

Agora, numa das maiores referências da tauromaquia lusa, a Praça Palha Blanco, Manuel Pires voltou a ser o nome de destaque, recebendo no dia 9 de março, no âmbito das celebrações de mais um aniversário do respeitável e conceituado Clube Taurino Vilafranquense o prémio que muito orgulha a afición da Praia da Vitória, da Ilha Terceira e dos Açores.

Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista apresenta o seguinte Voto de Congratulação:

A Assembleia Municipal da Praia da Vitória, congratula o Grupo de Forcados Amadores do Ramo Grande e o seu Cabo Manuel Pires, pelo prémio atribuído pelo Clube Taurino Vilafranquense na sequência da realização da “Melhor Pega” da temporada de 2018.

Que o presente Voto de Congratulação seja enviado ao Grupo de Forcados Amadores do Ramo Grande, ao Cabo Manuel Pires e ao Clube Taurino Vilafranquense.

Praia da Vitória, 22 de Fevereiro de 2019

Os membros da Assembleia Municipal



Lido 17/4/19



Voto de Congratulação

A Justiça constitui uma dimensão essencial da vida em sociedade.

A proximidade com que o Estado aplica a Justiça, através dos órgãos de soberania que são os Tribunais, revela-se decisiva para a paz e bem estar social.

A criação de um Tribunal especializado de Família, Menores e Trabalho na Praia da Vitória assume-se como um importante contributo para o desenvolvimento do concelho, para o equilíbrio das dinâmicas institucionais da ilha Terceira e a para uma adequada resposta a sectores tão relevantes da nossa sociedade.

Esta significativa decisão é o resultado do empenho e envolvimento concertado de várias entidades e personalidades, como o Município, os advogados e o Juiz Presidente da Comarca dos Açores, que fizeram vencer o seu entendimento perante o Governo da República e a prevista instalação de tal Tribunal noutra local apesar da redução de categoria da instância judicial da Praia da Vitória que passará a ter um Juízo de Competência Genérica.




O Grupo Municipal do PSD, ao abrigo das disposições regimentais e legais aplicáveis, apresenta o seguinte Voto de Congratulação:

A Assembleia Municipal da Praia da Vitória congratula-se com decisão de instalação de um Tribunal especializado de Família, Menores e Trabalho na Praia da Vitória.

Do presente Voto deve ser dado conhecimento ao Governo da República, ao Meretíssimo Juiz Presidente da Comarca dos Açores e ao Conselho Distrital dos Açores da Ordem dos Advogados

Praia da Vitória, 22 de Fevereiro de 2019.

O Grupo Municipal do PSD


João Pereira

Paulo da Silva

Sónia Galvão



129/7/4/2019



Voto de Congratulação

O Atlântida Mar Hotel, situado na zona da Boavista, freguesia de Santa Cruz, Praia da Vitória, voltou a ser distinguido pelo TripAdvisor com o prémio “Travellers’ Choice”, na categoria de Hotéis de Pequeno Porte – Portugal.

Esta é a sexta vez, em oito anos de atividade, que a unidade hoteleira da Praia da Vitória é distinguida pelo TripAdvisor, sendo, neste momento, a única unidade da Região Autónoma dos Açores entre os 25 melhores hotéis portugueses de pequeno porte.

O “Travellers’ Choice” é o mais honroso prémio atribuído pelo TripAdvisor, sendo uma distinção anual dos melhores hotéis do mundo, baseada na opinião de mais de 75 milhões de turistas. O Atlântida Mar Hotel é a única unidade dos Açores a figurar na lista dos 25 hotéis portugueses recomendados para 2019, tendo ficado em décimo quinto lugar da lista nacional divulgada pelo TripAdvisor.

A unidade hoteleira da Praia da Vitória é um hotel muito confortável e premiado, onde o convite é ao relaxamento, depois de emocionantes excursões pela ilha, disponibilizando piscina, sauna, ginásio e jacuzzi, 28 unidades de alojamento de várias tipologias, desde quartos standard vista montanha (Serra do Cume) e vista mar (Baía da Praia da Vitória), até suites espaçosas e confortáveis.

Pelas sucessivas distinções que tem vindo a receber, comprova-se a excelência do serviço prestado a todos aqueles que têm procurado o Atlântida Mar Hotel, o que faz com que seja necessário reconhecer a dedicação e empenho de todos os seus administradores e colaboradores que têm contribuído para elevar o padrão de qualidade da hotelaria açoriana e colocar o nome da Praia da Vitória na lista dos melhores hotéis de pequeno porte de Portugal.

Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista apresenta o seguinte Voto de Congratulação:

A Assembleia Municipal da Praia da Vitória congratula o Atlântida Mar Hotel pelo, sexto ano consecutivo, ser distinguido pelo TripAdvisor com o prémio “Travellers’ Choice”, na categoria de Hotéis de Pequeno Porte – Portugal.

Que o presente Voto de Congratulação seja dado conhecimento à Administração do Atlântida Mar Hotel, à Mesa de Turismo da Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo e à Assembleia e Junta de Freguesia de Santa Cruz.

Praia da Vitória, 22 de fevereiro de 2019

Os Membros da Assembleia Municipal



Lido a 17/4/19
FAT

Voto de Congratulação

A Câmara Municipal da Praia da Vitória foi, em 2018, pelo terceiro ano consecutivo, distinguida, a nível nacional, como “Autarquia + Familiarmente Responsável”, fruto das políticas municipais de apoio às famílias praienses e das medidas de apoio aos trabalhadores da Autarquia.

Este galardão nacional, atribuído pelo Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis (OAFR), distinguiu 79 dos 308 municípios portugueses, sendo um deles o da Praia da Vitória.

A distinção – desta feita, uma bandeira com palma, por ser o terceiro ano consecutivo que a Praia da Vitória foi galardoada – só foi possível porque o Município da Praia da Vitória tem políticas municipais de apoio às famílias e de conciliação entre trabalho e família disponibilizadas aos funcionários do Município, destacando-se, assim, por ser uma entidade que adota medidas facilitadoras de conciliação de vida familiar e laboral para os seus colaboradores, bem como que promove políticas para os munícipes com medidas facilitadoras da vida familiar.

Esta foi a 10ª edição do Prémio “Autarquia + Familiarmente Responsável”, distinção de enorme visibilidade para os Municípios distinguidos, uma vez que salienta as autarquias de Portugal que desenvolvem políticas transversais capazes de acolher e valorizar a Família, garantindo-lhes o pleno exercício das suas responsabilidades e competências, e prevenindo as situações de risco e vulnerabilidade.

Para ser distinguida pelo terceiro ano consecutivo, a Câmara Municipal da Praia da Vitória teve que manter e reforçar as políticas de apoio à maternidade e paternidade, apoio às famílias com necessidades especiais, serviços básicos, educação e formação, habitação e urbanismo, a par das políticas municipais de transportes, saúde, cultura, desporto, lazer e tempos livres, cooperação, relações institucionais e participação social.

Nesse âmbito, o Grupo Municipal do Partido Socialista apresenta o seguinte Voto de Congratulação:

A Assembleia Municipal da Praia da Vitória congratula a Câmara Municipal da Praia da Vitória, pela conquista, pelo terceiro ano consecutivo, do galardão nacional “Autarquia + Familiarmente Responsável”.

Que do presente Voto de Congratulação seja do conhecimento à Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Praia da Vitória, 22 de fevereiro de 2019

Os membros da Assembleia Municipal



Luísa
17/4/19
ftt

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Criado com o intuito de fazer face aos problemas sociais e económicos derivados da decisão unilateral dos Estados Unidos da América de reduzir o seu contingente militar e civil na Base das Lajes, o Projeto *Terceira Tech Island* é um caso de sucesso na Praia da Vitória e nos Açores.

Apresentado pelo Governo Regional em articulação estreita com a Câmara Municipal da Praia da Vitória e outras instituições, entre as quais a SDEA (Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores), procurou perceber a economia à escala internacional e encontrar o setor de atividade com maior potencial de crescimento que pudesse ser implementado num arquipélago com as características dos Açores e numa ilha com a Terceira.

Detetado que a área de programação seria uma das que maior potencial de crescimento teria, dadas as grandes carências de programadores no mundo, foram postas mãos à obra no sentido de criar as melhores condições para atrair empresas internacionais para a ilha Terceira e, em particular, para a Praia da Vitória, para daqui podemos produzir para o mundo, sem estarmos condicionados com questões logísticas.

Para concretizar o projeto foi preciso enveredar pela formação intensiva de pessoas nesta área, destacando-se o grande número de interessados, a capacidade de formação em tempo recorde e a enorme procura registada por empresas de todo o mundo nos formandos que saíam da Academia do Código.

A qualidade dos programadores formados foi, desde logo, reconhecida por multinacionais que vieram captar esta mão de obra e, muitas delas, ao abrigo do *Terceira Tech Island*, estão atualmente sedeadas na Praia da Vitória de onde estão já a exportar software para vários países, como França, Holanda, Áustria, Jordânia, entre muitos outros países.

Se o projeto *Terceira Tech Island*, inicialmente, foi motivo de adjetivações depreciativas e se muitos não acreditaram na eficácia dos seus resultados, hoje os profetas da desgraça estão em silêncio, sem serem capazes de reconhecer os méritos de quem traçou o plano, de quem o tem executado e os resultados que estão à vista de todos.

Se dúvidas existem dissipemo-las: o *Terceira Tech Island* já mudou a vida de mais de uma centena de Açorianos, que já estão empregados ou em formação; existem já oito empresas multinacionais que se fixaram no centro da cidade da Praia da Vitória; até 2020, espera-se a criação de 400 novos postos de trabalho no âmbito do projeto.

Para além destes números de sucesso, as últimas empresas que se instalaram nesta cidade tiveram outro mérito que importa destacar: a requalificação urbana.

Lido a 17/4/19
AA

A inauguração da Infossistemas, no passado dia 4 de abril, na Rua de Jesus, no rés-do-chão de um edifício com história no comércio local, a conhecida Casa Vitória (em tempos uma das lojas âncoras da cidade), permite surgir no espaço uma empresa do domínio tecnológico, que cria conhecimento e exporta-o para todo o mundo.

Também neste mês de abril, na passada segunda-feira, dia 15, a cidade da Praia da Vitória viu, mais um dos seus espaços devolutos, há vários anos, em plena Rua de Jesus, renascer para o mundo da tecnologia. No edifício onde em tempos funcionou o antigo Banco Comercial dos Açores, está agora instalada a multinacional BringGlobal.

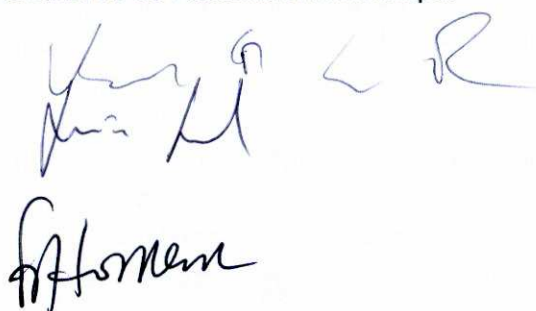
Fica assim comprovado que o *Terceira Tech Island*, é hoje um exemplo, reconhecido nacional e internacionalmente, de como fazer de uma dificuldade, uma oportunidade de criação de emprego, captação de investimento exterior e geração de riqueza.

Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista apresenta o seguinte Voto de Congratulação:

A Assembleia Municipal da Praia da Vitória, reunida em sessão ordinária a 17 de abril de 2019, congratula as empresas Infossistemas e BringGlobal pela confiança demonstrada no projeto Terceira Tech Island e na dinamização da economia da cidade da Praia da Vitória.

Que do presente Voto de Congratulação seja dado conhecimento ao Governo Regional dos Açores, à Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, às respetivas empresas (Infossistemas e BringGlobal), à Câmara Municipal da Praia da Vitória e à Junta de Freguesia de Santa Cruz.

Praia da Vitória, 17 de abril de 2019
Os Membros da Assembleia Municipal



VOTO DE CONGRATULAÇÃO

O sucesso desportivo dos açorianos no contexto nacional tem merecido o justo reconhecimento das entidades públicas regionais e suscita o orgulho de todos. Na realidade, se é gratificante e motivo de enaltecimento o êxito de clubes e atletas seniores profissionais, maior aclamação deve suscitar o sucesso de jovens açorianos amadores que se afirmam ao mais alto nível do desporto nacional.

O título de Campeão Nacional de Ténis de Mesa, na categoria de Iniciados Femininos, alcançado pelo Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, no passado dia 14 de Abril, assume-se como mais um elevado exemplo das qualidades e capacidades dos nossos jovens e do trabalho e dedicação dos dirigentes que apostam na formação e numa ação séria e eficaz na gestão dos respetivos clubes.

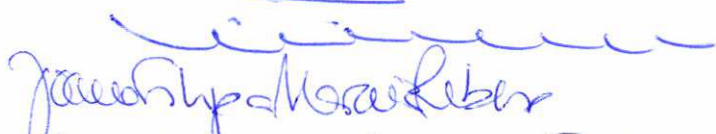
De resto, os resultados da qualidade do trabalho desenvolvido pelo clube do Juncal têm sido bem evidentes com vários títulos nacionais e regionais e, bem assim, com algumas das suas atletas a serem seleccionadas para representar Portugal.


A aposta clara e firme na formação de jovens desportistas tem tido, assim, a justa e gratificante resposta nos resultados alcançados.

Porque tudo isto tem na sua base o trabalho abnegado de vários anos de algumas pessoas, é justo reconhecer os respectivos dirigentes pela sua atividade e empenho.

Assim, o Grupo Municipal do PSD propõe à Assembleia Municipal da Praia da Vitória, nos termos regimentais aplicáveis, a aprovação de um Voto de Congratulação pela conquista do Campeonato Nacional de Iniciados Femininos em Ténis de Mesa, pelo Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, saudando tal feito no desporto açoriano e todos os seus atletas, técnicos, dirigentes e associados.

Praia da Vitória, 17 de Abril de 2019.


Paula Cristina Ávila da Rocha
Câmara


Nuno José Carlos de Almeida Costa
José Luís Coelho Gomes

Lido a 17/4/19



VOTO DE CONGRATULAÇÃO

O Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal sagrou-se, no fim de semana de 13 e 14 de abril de 2019, Campeão Nacional de Ténis de Mesa, no escalão de iniciados femininos.

Com mais esta conquista para o seu palmarés, as mesatenistas Letícia Charamba, Carolina Pereira, Júlia Leal e Caetana Soares, contribuíram para a conquista deste título.

No Pavilhão Municipal de Vila Nova de Gaia, as atletas do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, na primeira fase da prova, ultrapassaram o Club Vila Real por 3-0; depois, pelo mesmo parcial, venceram a turma do AR Canidense.

Chegadas à segunda fase da competição, as atletas do emblema da Praia da Vitória, bateram, também por 3-0, o U. Sebastianense, tendo alcançado na final do Campeonato Nacional a formação do CTM Mirandela.

Aliás, só perante o GDCS Juncal é que a turma de Mirandela sucumbiu, uma vez que aquela formação do Norte do País dominou o Campeonato Nacional de Equipas de Iniciados Masculinos, Cadetes e Sub-21, perdendo apenas o título nacional em iniciados femininos para a coletividade da freguesia de Santa Cruz da Praia da Vitória.

Depois de mais esta brilhante prestação, importa também registar que a mesatenista do Juncal, Letícia Charamba, está no primeiro lugar do ranking nacional da Federação Portuguesa de Ténis de Mesa, sendo que as restantes colegas de equipa estão entre as 16 melhores do País, num ranking com 45 atletas (Júlia Leal é 5.ª; Carolina Pereira é 10.ª e Caetana Soares é 16.ª).

Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista apresenta o seguinte Voto de Congratulação:

A Assembleia Municipal da Praia da Vitória, reunida em sessão ordinária a 17 de abril de 2019, congratula o Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, pelo título no Campeonato Nacional de Equipas de Iniciados Femininos, fruto da meritória prestação das atletas Letícia Charamba, Júlia Leal, Carolina Pereira e Caetana Soares.

Que do presente Voto de Congratulação seja dado conhecimento à Direção do Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, às atletas vencedoras e sua equipa técnica, à Junta e Assembleia de Freguesia de Santa Cruz e à Federação Portuguesa de Ténis de Mesa.

Praia da Vitória, **17 de abril de 2019**
Os Membros da Assembleia Municipal



Lido a 17/4/19
GH

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

No âmbito do Campeonato de Futsal da Ilha Terceira, o Grupo Desportivo dos Biscoitos sagrou-se, no passado dia 13 de abril de 2019, Campeão da Ilha Terceira, referente à época 2018/2019.

Com sede no Caminho do Concelho, na freguesia dos Biscoitos, a coletividade fundada a 1 de outubro de 1973, alcançou o título máximo da modalidade de Futsal na Ilha Terceira, no escalão de séniores masculinos. Um momento marcante na história da coletividade Biscoitense, orientada por Nuno Vieira, que com a conquista carimbou o passaporte para a Série Açores na próxima época desportiva 2019/2020.

O Grupo Desportivo dos Biscoitos reforça assim a presença praiense na competição, valorizando a importância da modalidade de Futsal no Concelho da Praia da Vitória, quer pela promoção da vertente desportiva, quer pela valorização da vertente turística na freguesia dos Biscoitos e no concelho de Nemésio.

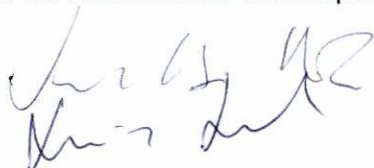
Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal da Praia da Vitória, reunida em Sessão Ordinária, no dia 17 de abril de 2019, emite o seguinte voto de congratulação:

“A Assembleia Municipal da Praia da Vitória congratula o Grupo Desportivo dos Biscoitos pelo título de Campeão da Ilha Terceira em Futsal – Séniores Masculinos”.

Do presente voto seja dado conhecimento ao Grupo Desportivo dos Biscoitos, à equipa técnica e aos respetivos atletas, assim como, à Junta de Freguesia dos Biscoitos.

Praia da Vitória, 17 de abril de 2019

Os Membros da Assembleia Municipal



Lido a 17/4/19
AA

VOTO DE CONGRATULAÇÃO



O Grupo Desportivo dos Biscoitos (GDB), fundado em 1 de outubro de 1973, é um clube que tem por base o desenvolvimento de actividade física e desportiva, sendo o Andebol e o Futsal as modalidades desenvolvidas, sendo que o Andebol contabiliza a prática continuada e ininterrupta há 35 anos e o Futsal conta cerca de 3 anos de actividade.

A época 2018/2019 marcou o reinício da actividade desportiva no escalão seniores na modalidade de Futsal dos Biscoitos.

Na sua primeira época em que retoma a prática do futsal, o clube conseguiu, na passada semana, alcançar de forma meritória o título de campeão da ilha Terceira.

Para além deste sucesso do escalão sénior, o clube apresenta neste momento 4 escalões de formação, sendo actualmente um dos clubes com mais escalões de formação na modalidade.

No Andebol, o clube apresenta 3 escalões de formação e apesar da modalidade ter apresentado um decréscimo de clubes e consequentemente diminuição de jovens a praticá-lo, o GD Biscoitos é o clube que manteve esta modalidade, revelando a importância para manter a possibilidade dos jovens desenvolverem esta pratica desportiva.

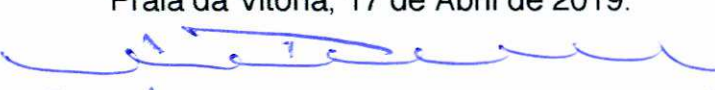
Na presente época desportiva, o GDB contabiliza 124 atletas federados.

É, assim, de enaltecer o sucesso desportivo do GD Biscoitos e o alargado envolvimento de atletas, em especial, em idades mais jovens.

Porque tudo isto tem na sua base o trabalho abnegado de algumas pessoas, é justo reconhecer os respectivos dirigentes pela sua atividade e empenho.

Assim, o Grupo Municipal do PSD propõe à Assembleia Municipal da Praia da Vitória, nos termos regimentais aplicáveis, a aprovação de um Voto de Congratulação pela conquista do Campeonato da Ilha Terceira em Futsal sénior masculino, pelo Grupo Desportivo dos Biscoitos, saudando tal feito no desporto terceirense e todos os seus atletas, técnicos, dirigentes e associados.

Praia da Vitória, 17 de Abril de 2019.


Paula Cristina Ávila da Rocha Araújo
Município de Mucida
José Aurélio Coelho Gomes
Lido a 17/4/19
RAH



[Handwritten signature]

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Em 1925, já se havia fundado o Vila Nova Sport Clube. A sede estava algures nas proximidades da Praça e o campo situava-se em “cima da rocha”, no extremo da Canada do Passo. Nessa altura era uma equipa muito dinâmica e os desafios com as equipas de Angra eram muito concorridos.

Em 1926, por iniciativa do Sr. Luís Lima, chegou a organizar-se uma festa desportiva na Vila Nova.

Em 15 de Agosto de 1953, foi fundado o Sport Clube Vilanovense, a primeira equipa das freguesias rurais a federar-se e que, durante muitos anos, fez tremer os grupos fortes de Angra e da Praia.

O Sport Clube Vilanovense foi o primeiro clube rural de futebol a entrar na 3ª divisão Nacional a nível Açores, arrecadando também com mérito a Taça da Ilha Terceira. Foi bicampeão distrital, e campeão Açoriano. Essas foram algumas das vitórias que marcaram a história deste Clube, que no ano passado completou 65 anos de vida sem nenhuma interrupção pelo caminho.

O “Vilanovense” assume um papel importante na formação de jovens desta freguesia e não só, oferecendo uma ocupação saudável e uma formação de excelência, contando assim com 4 equipas de formação; que jogam lutando para levar o nome da Vila Nova, mais longe.

Queremos enaltecer a Equipa Técnica, seus diretores e jogadores, realçando a equipa de juniores C (iniciados) pelo feito alcançado, ganhando a Taça de Associação de Futebol de Angra do Heroísmo.

Ficando em 2º lugar no campeonato, e participando também na final da Taça da Ilha Terceira.

Assim, os deputados eleitos pelo Partido Socialista à Assembleia Municipal da Praia da Vitória apresentam um Voto de Congratulação ao Sport Clube Vilanovense, pelo mérito e serviço prestado á freguesia de Vila Nova e ao Concelho da Praia da Vitória, nomeadamente, pela conquista da Taça da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo no escalão de Iniciados.

Que o presente voto seja de conhecimento de toda a Direção do Sport Clube Vilanovense, Associação de Futebol de Angra do Heroísmo e da Federação Portuguesa de Futebol.

Praia da Vitória, 17 de abril de 2019

Os Membros da Assembleia Municipal

[Handwritten signatures]
Homem

[Handwritten signature]
Lido a 17/4/19
[Handwritten signature]



Handwritten signature in blue ink.

Voto de Congratulação

Há largos anos o Governo Regional dos Açores, através da Direção Regional do Ambiente, da Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo, tem organizado o concurso Eco Freguesia, tendo como principal objetivo reconhecer e distinguir os esforços das freguesias e a colaboração das populações na limpeza, remoção e encaminhamento para destino final adequado dos resíduos abandonados em espaços públicos, incluindo linhas de água e orla costeira, bem como o desenvolvimento e participação em programas e ações de sensibilização e de educação ambiental.

Com esta iniciativa, o Governo Regional dos Açores pretende premiar o bom desempenho ambiental dos cidadãos e entidades intervenientes e a sua realização justifica-se pela crescente importância para o bem-estar das suas populações.

Relativamente ao Concelho da Praia da Vitória, as freguesias e Vila empenham-se na manutenção da limpeza e no embelezamento dos seus territórios, unindo esforços para promover a sensibilização e educação ambiental, numa tarefa partilhada com as suas gentes.

No âmbito do concurso Eco Freguesia de 2018, a Freguesia do Porto Martins e a Vila das Lajes foram reconhecidas com o Galardão de Excelência, como reconhecimento por terem atingido o máximo de pontuação no esforço de manutenção, limpeza e sensibilização.

Pelo galardão de excelência atribuído à Freguesia do Porto Martins e à Vila das Lajes, o Grupo Municipal do PS apresenta o seguinte Voto de Congratulação:

A Assembleia Municipal da Praia da Vitória manifesta a sua congratulação pelo esforço das populações e organismos locais da Freguesia do Porto Martins e da Vila das Lajes reconhecidas pelo Galardão de Excelência no Concurso EcoFreguesias 2018.

Que do presente Voto seja dado conhecimento às Juntas de Freguesia das Freguesias galardoadas e à Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Praia da Vitória, 17 de abril 2019

Os Membros da Assembleia Municipal

Handwritten signatures in blue ink, including a large signature and the name "António" below it.

Handwritten note in blue ink: "Lido a 17/4/19" with a signature.